



Anais da Assembléia

N.º 56

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 1984

ANO 1

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1984.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Rubens Bueno.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tugúio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 109/84. *Prop. 120/84* Curitiba, 23 de maio de 1984. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Termos Aditivos datados de 30 de março de 1984, a Convênios celebrados em 20 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Quatro Barras e São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC em obras públicas nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem 110/84. *Prop. 121/84* Curitiba, 23 de maio de 1984. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de abril de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Colombo, objetivando colaboração técnico-financeira entre as partes, a fim de possibilitar a realização da Festa da Uva, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem 111/84. *Prop. 122/84* Curitiba, 23 de maio de 1984. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 542/83, celebrado em 03 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Ortigueira, objetivando a execução de obras para recuperação de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.º 112/84. *Prop. 123/84* Curitiba, 23 de maio de 1984. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 436/83, celebrado em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Mariluz, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.º 113/84. *Prop. 124/84* Curitiba, 23 de maio de 1984.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Engenheiro Beltrão - n.º 563/83, e Nova Prata do Iguaçu - n.º 532/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.º 114/84. *Prop. 125/84* Curitiba, 23 de maio de 1984.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Borrazópolis - n.º 467/83 e Laranjeiras do Sul - n.º 433/83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.º 115/84. *Prop. 126/84* Curitiba, 23 de maio de 1984.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 324/83, celebrado em 14 de setembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Figueira, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.º 116/84. *Prop. 127/84* Curitiba, 23 de maio de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Financeira celebrado em 03 de março de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR e o Município de Curitiba, através da Fundação Cultural de Curitiba, objetivando o estabelecimento de normas para a execução dos projetos e programas de incentivo aos festejos carnavalescos de 1984, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.º 117/84. *Prop. 128/84* Curitiba, 31 de maio de 1984.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados em 24 de abril de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de Antonina - n.º 008/84 e São Miguel do Iguaçu - n.º 041/84, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.º 118/84. *Prop. 119/84* Curitiba, 05 de junho de 1984.
 Senhor Presidente.

Na forma do disposto no art. 24, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Augusta Assembléia Legislativa a inclusa proposta de Emenda Constitucional que altera a redação do art. 59 da Carta Estadual.

A competência constitucionalmente atribuída à Procuradoria Geral do Estado, de órgão encarregado da defesa judicial e extrajudicial do Estado e da consultoria jurídica do Poder Executivo e de suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, melhor será exercida com desvinculação da Secretaria de Estado da Justiça.

Assim, a proposta de Emenda Constitucional ora encaminhada a essa Augusta Casa de Leis, a exemplo do que ocorre com os demais Estados da Federação, dotará a Procuradoria Geral do Estado da autonomia que é peculiar a órgãos de tal natureza.

Por outro lado, vale ressaltar que, após a promulgação da alteração constitucional em referência, será baixado ato instituindo na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, unidade administrativa encarregada da prestação de assistência judiciária aos necessitados.

Certo de que a proposição submetida a alta apreciação desse Egrégio Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente

promulgação, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Artigo Único - O artigo 59 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59 - A Procuradoria Geral do Estado, como órgão auxiliar do Governador, representa o Estado judicial e extrajudicialmente e exerce as funções de Consultoria Jurídica ao Poder Executivo, inclusive suas Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista".

À Diretoria Legislativa.

Mensagem 123/84.
Senhor Presidente.

Curitiba, 14 de junho de 1984.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar em 70% (setenta por cento), a partir de 1º de julho de 1984 os vencimentos dos cargos efetivos, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis reflete a preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados, isto, obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná.

A anexa Exposição de Motivos n.º 1.216/84, de 04 do corrente mês, firmada pelo Senhor Secretário do Estado da Administração, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam fixados, a partir de 1º de julho de 1984, de acordo com os valores constantes das tabelas anexas.

Art. 2º - O valor unitário do salário família, atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 3.408,00 (três mil, quatrocentos e oito cruzeiros).

Art. 3º - O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3º da Lei n.º 7.825, de 29 de dezembro de 1983, fica fixado em Cr\$ 44.961,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros).

Art. 4º - A gratificação de produtividade de que trata o art. 4º, da Lei n.º 7.825/83, fica majorada em 70% (setenta por cento), desprezadas as frações de cruzeiros.

Art. 5º - Os valores atingidos pelo art. 5º, da Lei n.º 7.825/83, ficam majorados em 70% (setenta por cento), desprezadas as frações de cruzeiros.

Art. 6º - As disposições desta Lei, aplicam-se, no que couber ao pessoal inativo, respeitado o critério de proporcio-

nalidade pelo qual o servidor tenha sido inativo ou colocado em disponibilidade.

Art. 7º - Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pela tabelas anexas a presente Lei, ficam majorados em 70% (setenta por cento) sobre os vencimentos vigentes em janeiro de 1984.

Art. 8º - O parágrafo único, do artigo 5º, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Aos funcionários de que trata este artigo é vedada a percepção das vantagens a que se referem os incisos II, III e X do art. 172, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970."

Art. 9º - Para assegurar a manutenção do Plano de Cargos instituído pelo Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, fica o Poder Executivo autorizado a transformar, dentro da Parte Permanente do Quadro Geral, os cargos vagos constantes no referido Quadro, desde que não resulte em aumento de despesa.

Art. 10 - Ficam incluídos dentre as categorias funcionais mencionadas no art. 1º, da Lei n.º 7.507, de 15 de outubro de 1981, os Professores em efetiva regência de classe no Ensino Supletivo de 1º Grau, FASE I.

Art. 11 - Ao professor aposentado com o benefício da incorporação aos proventos, da média de aulas suplementares, fica assegurado o mesmo percentual existente na época da aposentadoria entre o vencimento base dos proventos e a referida média, aplicando-se o referido percentual sobre o vencimento correspondente ao cargo efetivo do Professor, para fins de pagamento da já mencionada média de aulas suplementares.

Art. 12 - O art. 7º, da Lei n.º 7.787, de 21 de dezembro de 1983 fica acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único - O disposto no presente artigo não se aplica aos servidores que, ao se inativarem, tiveram o cálculo do prêmio de produtividade elaborado na forma do art. 7º da Lei n.º 7.540, de 08 de dezembro de 1981."

Art. 13 - O vencimento mensal dos cargos em comissão de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e Procurador Geral do Estado ficam fixados em Cr\$ 1.482.655,00 (hum milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros).

Parágrafo único - Os cargos em comissão de Subchefes da Casa Civil, Diretores Gerais de Secretarias de Estado, da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os de Secretário dos Tribunais de Justiça e Alçada, passam a pertencer à Simbologia DAS - 1.

Art. 14 - Ficam criados na Procuradoria Geral do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) de Assessor, símbolo DAS - 5; 01 (um) de Assessor símbolo 1 - C; e 01 (um) de Assistente, símbolo 15 - C.

Art. 15 - O funcionário que, por necessidade do serviço, houver deixado de gozar férias em períodos anteriores ao exercício de 1984, terá assegurado o direito de contá-las em dobro, na forma prevista no "caput" do art. 150 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, desde que faça protocolar requerimento junto à repartição em que estiver lotado, dentro do prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da data da vigência desta lei.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o limite de Cr\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa bilhões de cruzeiros) para atender as despesas com o pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive as decorrentes da aplicação desta lei, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1º do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 17 - Fica acrescido ao § 2.º, do Art. 8.º, da Lei n.º 7772, de 13 de dezembro de 1983, o item V, com a seguinte redação:

“V. - anulação parcial ou total de dotações em um mesmo órgão, desde que não alterem o montante das categorias econômicas”.

Art. 18 - Fica incluído no Anexo I, do Grupo S-Semi Profissional, da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, o código S-20 Categoria Funcional de Fiscal de Transporte Coletivo, padrão D, referências iniciando em 01 e finalizando em 11, cujo número de cargos será definido através da aplicação do disposto no art. 9.º, desta lei.

Art. 19 - Fica revogado o art. 2.º da Lei n.º 7637, de 1.º de outubro de 1982 e, em consequência, restabelecidos os índices constantes do item III, da Tabela a que se refere o art. 2.º, da Lei n.º 6839, de 22 de novembro de 1976.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de julho de 1984, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I
TABELA I
POLÍCIA MILITAR

	Valor
Soldo do Posto de Coronel	601.800,00

TABELA II
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE

a)	Agente Fiscal 1, Classe "C", Ref. IV	357.589,00
b)	Diretor da CRE (Em Comissão)	484.644,00

TABELA III
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

a)	PROCURADORES:	
	CLASSE	
	1. ^a	865.575,00
	2. ^a	780.441,00
	3. ^a	703.830,00
b)	ADVOGADOS:	
	CLASSE	
	1. ^a	566.033,00
	2. ^a	510.802,00

TABELA IV
ENGENHEIROS

CLASSE	
1. ^a	865.575,00
2. ^a	780.441,00
3. ^a	703.830,00
4. ^a	634.900,00
5. ^a	565.948,00

TABELA V

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

Valores em cruzeiros	a) vencimento para 40 horas semanais		11	10	09	08	07	06	05	04	03	02	01	Ref. Pad.
			182.376	181.696	181.016	180.336	179.656	178.976	178.296	177.616	176.936	176.256	175.576	A
			239.909	225.845	213.062	201.002	189.624	187.748	185.888	184.048	182.226	180.421	178.636	B
			269.091	253.646	239.069	225.328	219.181	212.797	206.601	200.504	194.743	189.072	183.566	C
			301.848	284.508	268.171	252.766	238.268	224.568	211.672	202.213	196.421	190.700	185.147	D
			338.582	319.146	300.813	283.537	267.248	251.907	237.442	223.808	210.947	198.843	187.418	E
			379.805	357.992	337.427	318.044	299.786	282.570	266.342	251.035	236.617	223.050	210.232	F
			426.037	401.560	378.515	356.767	336.268	316.968	298.759	281.610	265.443	250.192	235.818	G
			597.638	572.777	548.952	526.122	504.235	483.259	463.165	443.897	425.428	407.738	390.772	H
			719.227	669.302	660.630	633.156	606.821	581.580	557.389	534.206	511.982	490.689	470.282	I

TABELA V

PODER EXECUTIVO – QUADRO GERAL

TABELA VI

MAGISTÉRIO

b) vencimento para 30 horas semanais

	valores em cruzeiros										
A	131.685	132.195	132.705	133.215	133.725	134.235	134.745	135.255	135.765	136.275	136.785
B	133.980	135.318	136.673	138.040	139.418	140.814	142.222	150.756	159.801	169.389	179.931
C	137.677	141.807	146.060	150.441	154.955	159.601	164.390	168.998	179.309	190.226	201.817
D	138.862	143.029	147.320	151.738	158.751	168.425	178.695	189.580	201.132	213.378	226.385
E	140.566	149.127	158.210	167.856	178.080	188.931	200.441	212.654	225.613	239.358	253.934
F	157.675	167.278	177.469	188.276	199.750	211.928	224.836	238.537	253.063	268.494	284.853
G	176.862	187.646	199.078	211.204	224.063	237.722	252.203	267.571	283.879	301.172	319.516
H	293.085	305.804	319.083	332.922	347.371	362.450	378.173	394.590	411.712	429.583	448.235
I	352.712	368.010	383.990	400.652	418.083	436.180	455.125	474.869	495.471	516.973	539.420

c) vencimento para 20 horas semanais

Valores em cruzeiros											
J	311.281	323.788	338.874	353.586	368.927	384.944	401.667	419.089	437.268	456.261	476.064

Valores em cruzeiros

	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
PA-1	214.601	221.039	227.670	234.498	241.532	248.778	256.239	263.925	271.840	280.255	288.393
PB-2	246.792	254.194	261.818	269.672	277.763	286.093	294.672	303.512	312.616	321.993	331.651
PC-3	296.148	305.032	314.182	323.606	333.315	343.311	353.610	364.214	375.140	386.394	397.985
PD-4	340.569	350.784	361.306	372.145	383.309	394.806	406.648	418.847	431.412	444.354	457.682
PE-5	391.952	403.401	415.502	427.964	440.803	454.025	467.644	481.671	496.119	511.003	526.333

TABELA VII
MAGISTÉRIO SUPERIOR

Cargo	Valor
Instrutor do Ensino Superior	522.127,00
Assistente do Ensino Superior	543.012,00
Professor do Ensino Superior	564.733,00
Professor Titular	564.733,00

TABELA VIII
PROFESSOR DO QUADRO ÚNICO

Cargo: PROFESSOR	
LP - Licenciatura Plena - 22 horas	230.054,00
LP - Licenciatura Plena - 15 horas	161.477,00
LP - Licenciatura Plena - 10 horas	136.787,00
LC - Licenciatura Curta - 22 horas	197.652,00
LC - Licenciatura Curta - 15 horas	139.386,00
LC - Licenciatura Curta - 10 horas	135.087,00
NL - Não Licenciado - 22 horas	165.248,00
NL - Não Licenciado - 15 horas	138.040,00
NL - Não Licenciado - 10 horas	131.687,00

TABELA IX
CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO
TRIBUNAL DE CONTAS

a). CARGOS EM COMISSÃO:

SÍMBOLOS	VALOR
1-C	393.563,00
2-C	363.470,00
3-C	335.523,00
4-C	309.920,00
5-C	286.329,00
6-C	264.521,00
7-C	244.791,00
8-C	226.336,00
9-C	209.548,00
10-C	193.771,00
11-C	179.786,00
12-C	166.372,00
13-C	154.205,00
14-C	143.117,00
15-C	135.677,00

b). DAS

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	902.611,00
DAS-2	826.851,00
DAS-3	762.123,00
DAS-4	674.131,00
DAS-5	524.555,00

TABELA X
FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO
TRIBUNAL DE CONTAS

a). SÍMBOLO	VALOR
1-F	50.393,00
2-F	42.783,00
3-F	37.726,00
4-F	30.282,00
5-F	27.674,00

6-F	22.591,00
7-F	17.542,00
8-F	15.143,00
9-F	12.364,00
10-F	10.036,00

TABELA XI
PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS DE
CONTAS, JUSTIÇA E ALÇADA

NÍVEL	VALOR
01	677.348,00
02	620.583,00
03	568.447,00
04	511.395,00
05	469.823,00
06	431.939,00
07	397.463,00
08	352.835,00
09	323.316,00
10	296.260,00
11	271.471,00
12	254.287,00
13	229.173,00
14	208.877,00
15	191.396,00
16	175.377,00
17	160.714,00
18	147.267,00

TABELA XII
PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CARGO	VALOR
Consultor Legislativo CL-J - Classe A, ref. I	677.348,00

ANEXO II
TABELA I
MAGISTRATURA

CARGO	VALOR
Desembargador	1.482.655,00
Juiz do Tribunal de Alçada	1.408.521,00
Juiz de Entrância Final e Auditor da Justiça Militar	1.319.441,00
Juiz de Entrância Intermediária	1.189.019,00
Juiz de Entrância Inicial	1.071.537,00
Juiz Substituto	965.778,00

TABELA II
TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VALOR
Conselheiro	1.482.655,00
Auditor	1.408.521,00
Procurador junto ao Tribunal de Contas	1.408.521,00

EM COMISSÃO	
Procurador junto ao Tribunal de Contas	1.482.655,00

TABELA III
MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VALOR
Procurador Geral da Justiça (em comissão)	1.482.655,00
Procurador da Justiça	1.408.521,00
Promotor de Entrância Final	1.319.441,00

Promotor de Entrância Intermediária	1.189.019,00
Promotor de Entrância Inicial	1.071.537,00
Promotor Substituto	965.778,00

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Of. n.º 1216/84-GS Curitiba, 04 de junho de 1984.
Exposição de Motivos

Senhor Governador:

Atendendo orientação de Vossa Excelência, no sentido de que fossem realizados estudos conjuntos com representantes do Governo e das Associações de Classe, com vistas à majoração de vencimentos do funcionalismo público civil e militar do Estado, a ser concedida a partir de 1.º de julho de 1984, temos a honra de submeter a sua elevada apreciação, a inclusa minuta de anteprojeto de lei que consubstancia tal medida.

O anteprojeto de lei em referência, prevê como regra geral reajustes nos vencimentos dos funcionários civis do Estado na ordem de 70 por cento sobre os vencimentos vigentes no mês de janeiro do corrente ano, majorando na mesma proporção os valores referentes a salário-família, as pensões especiais, a gratificação de produtividade e os proventos dos inativos.

Diversos funcionários pertencentes aos níveis iniciais dos Quadros de Pessoal da Polícia Civil, Polícia Militar, Coordenação da Receita do Estado e Quadro Geral dos três Poderes do Estado, na realidade, já estão recebendo parte do índice acima referido em face da antecipação salarial concedida em maio do corrente ano, através do Decreto n.º 2951, isto em razão do novo salário mínimo fixado pelo Governo Federal.

Aos integrantes da Polícia Militar do Estado, o índice de correção do aumento, embora aparentemente represente ser superior ao deferido ao pessoal civil, é justificável em virtude da supressão do pagamento da indenização de representação a que fazem jus atualmente os referidos servidores, bem como pela redução do percentual de indenização de fardamento de 12 por cento para 10 por cento, medidas essas a serem formalizadas por Vossa Excelência, mediante decreto.

A incorporação da gratificação de indenização de representação ao soldo do servidor policial militar, propiciará a extensão do benefício aos policiais reformados, uma vez que a regra hoje prevalente alcança somente os militares em atividade.

Visando proporcionar as necessárias condições à Administração para conceder a gratificação de encargos especiais a determinados ocupantes de cargos do Quadro Geral do Poder Executivo, estamos propondo nova redação ao parágrafo único do Art. 5.º da Lei n.º 7424/80, para excluir do seu texto o inciso VIII.

Com o intuito de permitir a implementação definitiva do processo de ascensão funcional, que aliás, é uma das metas do atual Governo, estamos sugerindo a adição de regra específica que irá permitir a transformação, sem aumento de despesa, de cargos da Parte Permanente do Quadro Geral, mediante ato do Chefe do Poder Executivo.

Duas medidas visando sanar imperfeições da atual legislação poderão beneficiar diretamente servidores vinculados ao Magistério do Estado, e para tanto, propomos:

- a concessão da gratificação de regência de classe aos Professores que atuam no Ensino Supletivo de 1.º Grau, FASE I; e,
- que a média das aulas suplementares, já incorporada aos proventos de professores aposentados, venha a ser corrigida nos mesmos índices percentuais dos aumentos concedidos ao funcionalismo público, uma vez que os atuais valores encontram-se defasados exatamente pela ausência de dispositivo legal permissivo.

Paralelamente aos diversos benefícios concedidos ao funcionalismo público, incorporamos ao presente anteprojeto uma regra visando explicitar de maneira mais objetiva a forma de cálculo do prêmio de produtividade devido aos servidores da

Coordenação da Receita do Estado, tendo em vista o disposto no art. 7.º da Lei n.º 7787, de 21 de dezembro de 1983.

Visando propiciar melhores condições de assessoramento interno ao Procurador Geral do Estado, são criados no respectivo órgão três cargos de provimento em comissão, sendo dois de Assessor e um de Assistente.

Mediante proposição do Comando Geral da Polícia Militar do Estado e com o intuito de manter o limite de equivalência de vencimentos dos oficiais da Polícia Militar do Estado com os dos Oficiais das Forças Armadas, estamos sugerindo a redução do índice de escalonamento vertical dos 1.º e 2.º Tenentes, mediante a revogação do art. 2.º da Lei n.º 7637, de 1.º de outubro de 1982.

Pretendendo dar ao funcionário uma nova e justa oportunidade de obter o reconhecimento de contagem, em dobro, de períodos de férias não utilizados, na forma do art. 150, da Lei n.º 6174/70, o anteprojeto de lei prevê um novo prazo de 90 (noventa) dias para que o interessado solicite a declaração do seu direito.

Em vista da necessidade de instituir a Categoria Funcional de Fiscal de Transportes Coletivos, para recrutamento tanto interno quanto externo, cujas atividades já vêm sendo desempenhadas por servidores da Secretaria de Estado dos Transportes sem constituírem cargos permanentes, faz parte da presente proposta a integração da referida Categoria no Plano de Classificação de Cargos.

Para os servidores celetistas da administração direta e autárquica, conforme compromisso público assumido perante a classe, procederemos a necessária alteração da data base de reajuste para o mês de julho próximo, de modo a proporcionar a partir de agora a unificação definitiva de tratamento para ambas as categorias que passarão a ter reajustes periódicos nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Para concluir, Senhor Governador, não poderíamos deixar de ressaltar a atenção que Vossa Excelência dispensou à classe dos funcionários públicos neste episódio, fazendo com que o índice ora oferecido, de 102,3 por cento do INPC do mês de julho, superasse em muito as expectativas e oportunizasse um marco histórico na vida dos paranaenses, pois pela primeira vez um Estado rompeu os limites de reajustes salariais fixados pelo Decreto n.º 2085/83.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência, nossos protestos de alta estima e distinguida consideração.

(a) JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER

Secretário de Estado

— À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 216/83, de sua autoria, que dá nova redação ao inciso III do § 3.º do Art. 140, da Lei n.º 6174.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 141/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 123/84, que dispõe sobre a majoração de vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja concedida preferência de votação à Proposição n.º 116/84, oriunda da Mensagem Governamental n.º 108/84.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 216/83, de sua autoria, que visa dar nova redação ao Art. 140, da Lei n.º 6174.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento em Curitiba, aos 61 anos de idade, do Sr. OSIRIS DALABONA, que deixa viúva a Sra. Leonilda Santos Dalabona e dois filhos, Elizabeth e Osiris.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, da Sra. MARIA SORAH DE ROCHA ATHAYDE. A extinta viúva do ex-Professor e ex-Ministro da Saúde, Gen. Aramys Athayde, deixa lacuna irreparável junto à nossa sociedade.

Personalidade das mais marcantes, nunca faltou, com sua presença, no atendimento de obras sociais e de filantropia da comunidade paranaense.

A extinta deixa três filhos: Sras. Olga Maria da Rocha Camargo, Maria de Lourdes da Rocha Athayde e Zorah Athayde Dalcanalle, esposa do atual Secretário de Comunicação Social do nosso Estado, Dr. Luiz Alberto Dalcanalle, netos e bisnetos.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, da Sra. MARIA ODETE PEREIRA, esposa do ex-Prefeito de Piraquara, Manoel Alves Pereira.

Solicita, outrossim, que o ex-Prefeito (Rua M. A. Cordeiro, 112 - Piraquara - PR—, seja cientificado do teor do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ PRIZICIADA, ocorrido dia 12 do corrente, no Município de Cerro Azul.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja comunicada a decisão da Casa à Família enlutada, na pessoa do Sr. Júlio Priziciada Neto, à Rua Barão do Cerro Azul, 63, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao empresário José Eduardo de Andrade Vieira, Presidente do Grupo BAMERINDUS, que recebeu, no último dia 14, no Rio de Janeiro, o Prêmio Tendência de Administração Bancária, conferido anualmente pela Revista Manchete.

O Prêmio Tendência, que já existe há mais de dez anos e tem como objetivo destacar as personalidades que se destacam a cada ano nos mais diversos setores empresariais, foi entregue ao ilustre paranaense pelo Governador José Richa, na presença de empresários e autoridades de todo o País.

A premiação vem reconhecer o brilhante trabalho desempenhado por José Eduardo de Andrade Vieira, à frente do Grupo BAMERINDUS.

Empresa genuinamente paranaense, o Banco BAMERINDUS é hoje o terceiro grupo financeiro privado do País, consolidando-se como o terceiro maior banco em rede de agências e captação de poupança, tendo sido a instituição financeira que mais cresceu no último ano, alcançando o percentual de 115 por cento.

É louvável a política de incremento do crescimento daquele grupo financeiro, que vem sendo, brilhantemente, implementado pelo empresário José Eduardo Andrade Vieira. Foi em sua gestão que o BAMERINDUS inaugurou a sua primeira agência no exterior, implantou a automação dos seus serviços bancários e organizou o Banco 24 Horas.

Outrossim, solicitamos que da deliberação deste Plenário, seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvir o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao "Jornal do Estado", pelo transcurso do seu primeiro aniversário, ocorrido no dia de ontem, na cidade de Curitiba, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Barrozo Filho, DD. Diretor Presidente.

As iniciativas que de um modo em geral venham de encontro ao processo desenvolvimentista do Estado do Paraná, sempre encontram nesse conceituado veículo de comunicação, o apoio necessário.

As informações contidas nas páginas de o "Jornal do Estado" estiveram relatando a realidade dos fatos, cujos fatores empregados em tal realização são somente possíveis em face do jornalismo amadurecido e altamente profissional, característica maior desse veículo de comunicação.

Neste sentido, é desejo meu e do conjunto do povo

paranaense que a imprensa deste Estado assuma cada vez mais a postura de um jornalismo sério e vibrante, despejado do comportamento tendencioso, que infelizmente se faz presente em outros órgãos.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações pela passagem do 1.º Aniversário do "Jornal do Estado", ocorrido dia 17 p.p.

Requeiro, outrossim, que, da decisão da Casa seja dado ciência ao Diretor do mesmo.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações pela passagem do 215.º Aniversário de Emancipação Política da Cidade de Lapa, ocorrido na data de hoje.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Prssidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor ao "Jornal do Estado", pelo transcurso de seu primeiro ano de existência, ao longo do qual, com independência e equilíbrio, realizou um trabalho jornalístico da maior qualidade, dando positiva contribuição à vida estadual.

Requer também que se dê ciência à direção do "Jornal do Estado" do teor deste requerimento, bem como sejam enviadas felicitações da Assembléia pela passagem do evento.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de louvor ao "Jornal do Estado", pelo transcurso de seu primeiro aniversário.

Vindo às bancas pela primeira vez em 17 de junho do ano passado, aquele matutino vem desempenhando com raro brilhantismo o ingrato papel de fazer uma imprensa firme, sem paixões e atenta à tarefa de bem informar.

Cioso de seu compromisso público, o Doutor Roberto Barrozo resolveu festejar com o povo o primeiro ano de seu jornal. Tal foi a intenção e o mérito da alegre festa popular que encheu de cores, ontem, a Av. Cândido de Abreu.

Por outro lado, solicitamos que da decisão deste Plenário, seja dado ciência aos diretores daquele matutino.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, com base no art. 134, § 1.º, inciso VI do Regimento Interno, REQUER que, após deliberação do soberano Plenário deste Legislativo, conste da ata da sessão de hoje um voto de louvor à COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS DO PARANÁ LTDA., mais conhecida por BATAVO, pela conquista alcançada no III Encontro dos Supermercados do Paraná, sendo escolhida dentre os demais participantes como o "Fornecedor do Ano", título este lhe outorgado merecidamente.

A partir de 1911, instalou-se no Distrito de Carambei, Município de Castro, a colônia de imigrantes holandeses, os quais deram origem à Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda., através das quais, em 1.º de março de 1954, foi instituída a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.

Posteriormente, quatro outras cooperativas associaram-se à Cooperativa Central: a Cooperativa Arapoti Ltda., a Cooperativa dos Produtores de Leite de Irati-Lactosul Ltda., a Cooperativa Mista Ruralista de Ponta Grossa Ltda. e a Cooperativa Agrária Entre Rios de Guarapuava Ltda.

Atualmente, a unificação dessa cooperativas congregam 950 produtores, os quais são responsáveis pelo abastecimento de leite, ovos, aves e suínos, a fim de serem industrializados e comercializados através da Cooperativa Central, que hoje conta com cinco departamentos industriais, objetivando o melhor desempenho de suas atividades, a saber: Indústria de Laticínios; Matadouro Frigorífico e Salsicharias; Abatedouro de Aves, Beneficiamento de Ovos e Indústria e Aproveitamento.

Devido a grande variedade da linha de produtos, a Indústria de Laticínios, dentre todas as demais unidades fabris, é a mais dotada de equipamentos e maquinários procedentes de vários países, principalmente europeus. Sua capacidade para beneficiamento e industrialização de leite chega a 200 mil litros por dia, os quais são transformados em aproximadamente 50 produtos derivados.

O mais recente departamento criado pelo complexo industrial da Cooperativa Central é o Matadouro Frigorífico e Salsicharias, cujas instalações são dotadas do mais elevado padrão técnico, com capacidade para o abate de 12.000 suínos ou 4.000 bovinos por mês e a industrialização de até 520 toneladas de carne por mês, distribuídos em 45 itens.

Também o Abatedouro de Aves conta com instalações das mais modernas e eficientes existentes no ramo, satisfazendo a todas as exigências técnicas e higiênicas do mercado consumidor, interno e externo, possuindo capacidade para o abate de 140.000 cabeças diárias.

No campo de pesquisas e fomento à produção, a Cooperativa Central matem várias unidades, as quais são orientadas por técnicos de elevado nível.

Na área da atuação comercial dos produtos Batavo, grande parte concentra-se na Região Centro-Sul do País, estendendo-se a outros estados brasileiros e abrangendo também outros países.

Para a distribuição de seus produtos, a Batavo conta com 5 filiais, além de representantes e revendedores na Região Centro-Sul do País e outros estados.

Nas vendas, quer diretas ou indiretamente, trabalham cerca de 800 pessoas, sendo que aproximadamente 400 delas compõem uma equipe que garantem o bom atendimento aos clientes do Estado do Paraná, cuja distribuição é realizada através de uma filial em Ponta Grossa, uma em Curitiba e de 5 representantes, que são:

- Comércio de Laticínios - atuante na região metropolitana de Curitiba;
- R Coimbra - atuante na região do norte do Estado;
- Distribuidora de Frios Cascavel - atuante na região Sudoeste;
- Comércio de Laticínios Irati Ltda. - atuante na região

de Irati;

- Osni Araújo Cordeiro & Cia. Ltda. - Guarapuava - atuante na região Oeste do Estado.

Não cabe dúvidas em que, a COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS DO PARANÁ LTDA. vem prestando à Nação e a Comunidade, importante contribuição ao desenvolvimento e aprimoramento no setor alimentício, fazendo jus ao título ora lhe conferido. A ela o nosso aplauso.

Requeiro que cópia do presente expediente seja encaminhado a Batavo.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o sobe-rano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja avaliada a possibilidade de se criar e instalar um escritório de Plantão dessa Companhia no Distrito de Corumbataí do Sul, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

O Distrito de Corumbataí do Sul possui uma população que atualmente ultrapassa mais de doze mil, sendo de característica eminentemente agrícolas, responsável pela existência de um comércio bastante diversificado. Tal condição em termos sócio-econômicos, faz crer que é imprescindível a necessidade de dotar aquele distrito de condições sempre a altura do seu porte.

Neste sentido, com relação a essa Companhia, se faz necessária a criação e instalação de um Escritório de Plantão, tendo em vista que nos dias de hoje são comuns casos onde têm faltado a devida assistência aos usuários de energia elétrica, em razão de não existir um Escritório de Plantão em condições de prestar o auxílio sempre que houver necessidade.

Merecerá por certo dessa COPEL juntamente da Secretaria de Estado do Interior, a atenção desejada ao presente requerimento, sendo que tal reivindicação é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Donizete Aparecido Golçalves, Vereador da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o sobe-rano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da RADIPAR - Rádio Difusão do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a realizações de estudos devidos visando avaliar a real possibilidade da construção de uma torre repetidora de imagem no Distrito Administrativo de São Vicente, pertencente a Municipalidade de Araruna.

Trata-se de uma reivindicação por demais justa, sendo a mesma de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Hortêncio M. Silva, integrante da Câmara Municipal de Vereadores e pertencente ao PMDB. Este afirma ser de fundamental importância a construção de uma torre repetidora em São Vicente, uma vez que viria beneficiar grandemente aquele Distrito, cuja população está atualmente privada de assistir alguns canais de televisão existentes na região.

Ademais, a pretendia torre repetidora de imagem por certo que não trará benefícios a São Vicente, e sim a outras localidades adjacentes.

É de capital importância que a Radipar, em conjunto com a Secretaria de Estado do Interior, avaliem as condições de atendimento da reivindicação, que é de iniciativa daquele Nobre Vereador de Araruna.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às empresas de transporte coletivo, desta Capital, e ao Sindicato das Empresas de Transportes Coletivo, solicitando que não seja cobrada a tarifa dos policiais militares que se encontrarem fardados, dentro do coletivo.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender a esta classe de policiais, que procuram oferecer melhores condições de segurança à sociedade, e na maioria das vezes não recebem a devida compensação financeira, por esta alta responsabilidade que tem.

Tendo em vista este fato, e sentindo que este policiais às vezes chegam a "tomar" de 4 a 6 ônibus, e por isto gastam boa parte de seus salários com o item transporte, é que fazemos a presente solicitação.

Temos que levar em conta ainda, a segurança que a comunidade tem, quando adentra ao coletivo um policial militar fardado. Haja vista que, estando este fardado, de acordo com o Decreto Federal 57.272, se encontra em serviço, tendo assim, o dever legal de agir no caso de alguma ocorrência, dentro do coletivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sugerindo a adoção de medidas necessárias para a revogação do artigo 2º da Lei 7.809, de 29 de dezembro de 1983, que instituiu a cobrança adicional de 20% sobre as custas judiciais para a formação do Fundo Penitenciário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A cobrança daquele adicional, além de representar um acentuado encarecimento das custas judiciais está acarretando sérios transtornos para os advogados que militam no Estado. Contra a imposição desse adicional já se manifestou a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sem que, contudo, até agora, o Chefe do Poder Executivo não se sensibilizasse com os apelos partidos de toda a comunidade paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da COPEL, solicitando extensão de rede de iluminação no Distrito de Luiziania, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Dentre os mais desenvolvidos distritos de nosso Estado encontra-se o de Luiziana no Município de Campo Mourão, o qual através de sua produção muito vem contribuindo para o engrandecimento não só do Município de Campo Mourão, mas também de todo o nosso Estado, entretanto, para que esse desenvolvimento agilize-se mais, necessário e urgente se faz que seja estendida a todos os seus municípios, a iluminação pública, razão da presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, solicitando a agilização e extensão dos serviços de água no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Luiziana, no Município de Campo Mourão, é um dos mais desenvolvidos de todo o nosso Estado. Alf hoje se realizam os serviços de implantação da rede de água, mas a mesma está sendo morosa, o que causa desassossego a todo o morador daquela comuna, pois todos esperam ansiosamente o benefício. Ainda, solicita-se que se amplie esse serviço com possibilidade de novas instalações, para que maior parte daquela população possa ser atendida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Transportes solicitando o asfaltamento do leito carroçável da via que liga a BR-376 à Usina de Açúcar Santa Terezinha - USAÇUCAR, cuja verba já foi aprovada pelo GEIPOT.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma antiga reivindicação das lideranças maringenses e das firmas transportadoras, por ser aquele um caminho de extrema importância para o escoamento da produção agrícola e do álcool que é produzido pela mencionada usina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo expediente consubstanciando em apelo no sentido de que determine através da Secretaria do Interior que as taxas referente às tarifas de Esgoto cobradas pela SANEPAR, incidentes nas tarifas de água, sejam limitadas ao máximo em 50% da tarifa de água devidas pelo consumidor, em obediência ao parágrafo 3.º da Lei Municipal n.º 6.388 de 17/12/82, que autorizou a concessão à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a operação e exploração dos serviços públicos dos sistemas de abastecimento de água, coleta e remoção de esgoto sanitários da cidade de Curitiba.

O aludido § 3.º da Lei 6388 - promulgada pela Presidência da Câmara Municipal de Curitiba, passou a integrar o texto da Lei n.º 6388 a partir de 12 de abril de 1983, no entretanto a SANEPAR, até a presente data, não implantou essa medida, em desrespeito à Lei Municipal, baseando-se a sua aplicação de taxas em uma Portaria do Diretor de Programas de Comple-

mentação da Habitação do Banco Nacional de Habitação de 30/12/80 - a qual autorizou a incidência da tarifa de esgotos para 100% da tarifa de água, nas contas emitidas pela SANEPAR.

Não se pode admitir que uma simples Portaria de um Diretor de Programa do BNH se sobreponha a uma Lei.

É nesta linha de atuação que estamos apresentando o presente apelo à Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, para que de acordo com a programática do seu governo voltado para o povo, venha a determinar a aplicação da Lei Municipal pela SANEPAR.

Lei esta votada pelos legítimos representantes do povo curitibano, e estabelecida pelo Poder Legislativo Municipal em favor da nossa população.

Em defesa do povo paranaense deve ser a atuação da máquina administrativa, principalmente nos setores que atendem aos serviços essenciais, como é o da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Encaminha ao Excelentíssimo Senhor Governador esboço de ante-projeto de lei criando, na Estrutura política-administrativa do Governo do Paraná, o CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa, REQUER à Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do anexo esboço de anteprojeto de lei, criando o Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, como sugestão inicial tendente à instituição desse Colegiado, ainda ausente da estrutura político-administrativa do Estado.

Trata-se, o Conselho de Contas de órgão estadual cuja existência e atuação é preconizada pelo parágrafo 1.º do art. 16 da Constituição Federal e pelo parágrafo 1.º do art. 113 da Constituição do Estado, como auxiliar das Câmaras Municipais no controle externo da administração financeira e orçamentária dos Municípios.

A falta do Conselho de Contas dos Municípios denominação hoje já consagrada (art. 6.º, n. I do Dec. Lei n.º 1805, de 1980) e considerando que nenhum dos 310 (trezentos e dez) Municípios de nosso Estado tem Tribunal de Contas próprio, a atribuição constitucional de auxiliar as respectivas Câmaras Municipais no controle que lhes compete, é, a título precário, atualmente exercida pelo Tribunal de Contas do Paraná, reduzindo-lhe a majestade e desviando-o de suas relevantes funções essenciais.

Por outro lado, um órgão estadual criado com a finalidade precípua e exclusiva de desempenhar esse importante papel auxiliar, por certo agilizará o prévio exame das contas dos Municípios de sorte a que as Câmaras Municipais possam julgá-las pouco tempo após o encerramento de cada exercício financeiro.

Também as orientações técnicas emanadas do Conselho de Contas em resposta à consultas sobre dúvidas de procedimento formuladas pelos Municípios, nas matérias de sua competência, pela conseqüente presteza, servirão para prevenir eventuais impropriedades e irregularidades na administração das finanças municipais.

Alguns Estados da Federação já instituíram os seus Conselhos de Contas dos Municípios e outros se aprestam a fazê-lo tendo em vista inclusive a recomendação havida em simpósio promovido pelo Instituto Brasileiro da Administração Municipal - IBAM - Simpósio sobre Fiscalização Financeira e Orçamentária: Papel dos Conselhos de Contas dos Municípios,

realizado em maio/83 no Rio de Janeiro, do qual participamos por indicação do Excelentíssimo Sr. Presidente desta Assembléia Legislativa.

Isto posto, encarece o requerente que o Sr. Chefe do Poder Executivo Estadual, a partir do presente, determine os necessários estudos com o fim de, oportunamente propor a esta Casa, a criação do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, que, instituído, preencherá uma sentida lacuna na estrutura político-administrativa de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

APOIAMENTO: Roberto Requião, Nelson Vasconcellos, Acir Mezzadri, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Paulo Furiatti, Márcio Almeida, Orlando Pessuti, Anibal Khury, Sabino Campos, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Caíto Quintana, Osvaldo Alencar Furtado, Antônio Annibelli, Rubens Bueno, Edmar Luiz Costa, José Antônio Fonseca, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Antônio Belinati, Irondi Pugliesi, Ferrari Júnior, Amélia Hruschka e Sérgio Spada.

LEI Nº

Dispõe sobre a constituição, competência e organização do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS, CONSTITUIÇÃO, SEDE E JURISDIÇÃO

Art. 1º — É criado o Conselho de Contas dos Municípios do Paraná nos termos do § 1º do art. 16 da Constituição Federal e do § 1º do art. 113 da Constituição do Estado, como órgão auxiliar das Câmaras Municipais no controle externo da administração financeira e orçamentária dos municípios.

Art. 2º — O Conselho de Contas dos Municípios do Paraná compõe-se de membros, denominados Conselheiros, tem sede na Capital e jurisdição sobre todos os municípios do Estado.

Art. 3º — Integram o Conselho de Contas dos Municípios do Paraná:

- I — os Conselheiros ou seus substitutos;
- II — a Procuradoria da Fazenda Municipal;
- III — a Secretaria do Conselho.

CAPÍTULO II DOS CONSELHEIROS

Art. 4º — Os Conselheiros serão nomeados pelo Governador do Estado com prévia aprovação da Assembléia Legislativa dentre brasileiros natos ou naturalizados de reconhecida idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão os mesmos direitos, garantias, prerrogativas, deveres e impedimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná.

Art. 5º — Não poderão ser simultaneamente Conselheiros parentes consanguíneos ou afins em linha ascendente ou descendente e em linha colateral, até segundo grau.

Parágrafo único — Será nula e de nenhum efeito a nomeação feita com inobservância do disposto neste artigo.

Art. 6º — O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos por seus pares, para um mandato de 2 (dois) anos, proibida a reeleição para os mesmos cargos.

§ 1º — A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na última sessão ordinária do mês de dezembro, presente a maioria

absoluta dos Conselheiros efetivos, iniciando-se o mandato à 1º de janeiro do ano seguinte.

§ 2º — Se nenhum dos Conselheiros obtiver a necessária maioria absoluta de sufrágios, proceder-se-á a novo escrutínio, prevalecendo, nesse caso, o critério da maioria relativa.

§ 3º — No caso de empate, proceder-se-á a novo escrutínio, persistindo o empate, dar-se-á como eleito o mais antigo Conselheiro ou de mais idade se contarem com a mesma antiguidade.

§ 4º — O Conselheiro que tiver exercido o cargo de Presidente não poderá figurar entre os elegíveis até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antiguidade.

§ 5º — É obrigatória a aceitação dos cargos mencionados neste artigo, salvo manifesta recusa à concorrência, acatada antes da eleição pela maioria dos Conselheiros parentes.

Art. 7º — Ocorrendo vaga eventual de qualquer dos cargos de que trata o artigo anterior e observando-se o disposto em seus parágrafos realizar-se-á nova eleição na primeira sessão seguinte à vacância, salvo quando a vaga se der dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do respectivo mandato.

§ 1º — O eleito para a vaga eventual completará o tempo do mandato de seu antecessor.

§ 2º — Não se configura a inelegibilidade de que trata o § 1º do artigo 5º, em relação a complementação de mandato por período inferior a 6 (seis) meses.

Art. 8º — Compete ao Presidente:

I — representar e dirigir o Conselho, na forma de seu Regimento Interno;

II — dar posse aos Conselheiros;

III — expedir atos relativos a licença e férias dos Conselheiros e funcionários da Secretaria do Conselho;

IV — praticar todos os atos administrativos necessários ao bom funcionamento do órgão, de acordo com o Regimento Interno.

Art. 9º — Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO III DA PROCURADORIA DA FAZENDA

Art. 10 — A Procuradoria da Fazenda Pública junto ao Conselho de Contas dos Municípios do Paraná é integrado por Procuradores, nomeados em comissão pelo Governador do Estado, dentre cabendo a um deles o exercício da chefia.

Art. 11 — Compete aos Procuradores na forma que o Regimento Interno do Conselho determinar:

I — opinar verbalmente ou por escrito, a requerimento próprio, por deliberação do Plenário ou por determinação do Presidente, ou de qualquer Conselheiro, nos processos sujeitos à apreciação do Conselho;

II — Comparecer às sessões do Conselho e a requerimento próprio, por deliberação do Plenário ou por determinação do Presidente, ou de qualquer Conselheiro, opinar, verbalmente ou por escrito sobre os assuntos em pauta;

III — levar ao conhecimento do Conselho, para os fins de direito, a ocorrência de delitos e infrações político-administrativas, ou quaisquer irregularidades e ilegalidades na administração pública municipal, de que venha a ter ciência no desempenho de suas funções;

IV — promover a defesa dos interesses da Administração e da Fazenda Públicas, no que couber;

V — remeter ao Procurador Geral da Justiça do Estado, por provocação do Conselho, para iniciativa junto aos órgãos competentes:

a) cópias de peças mandadas extrair pelo Conselho, toda vez que se verificar, na apreciação e deliberação de qualquer processo, a ocorrência de violação da lei penal;

b) cópias das decisões do Conselho sobre alcances verificados nos processos de prestação de contas, inspeções e auditorias.

Parágrafo único — Independem de audiência dos Procuradores as matérias de interesse administrativo do Conselho, salvo se o Plenário entender ao contrário.

Art. 12 — Compete ainda, aos Procuradores, as demais atribuições definidas em lei ou no Regimento Interno do Conselho.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 13 — A estrutura administrativa do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná será definida em seu Regimento Interno, sendo as atribuições e competências disciplinadas em Resoluções do Conselho, na forma ali prevista.

TÍTULO II

DA JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I

DA JURISDIÇÃO

Art. 14 — O Conselho de Contas dos Municípios do Paraná tem jurisdição própria e privativa sobre órgãos e pessoas, em matérias de sua competência, abrangendo todo aquele que arrecadar, gerir ou tiver sob sua guarda dinheiros, valores e bens municipais.

§ 1º — São também abrangidas pela jurisdição do Conselho:

- a) as autarquias municipais;
- b) as empresas Públicas Municipais;
- c) as sociedades de economia mista cujo capital pertença exclusiva ou majoritariamente aos Municípios;
- d) as funções instituídas ou mantidas pelos Municípios;
- e) qualquer órgão ou entidade da respectiva administração descentralizada ou indireta;
- f) os administradores de fundos especiais Municipais.

§ 2º — O exame das contas das entidades mencionadas no parágrafo anterior respeitará as peculiaridades de organização e funcionamento das mesmas e levará em consideração os seus objetivos, natureza empresarial e operacional, segundo os métodos próprios, sendo vedada a imposição de normas não previstas na legislação geral ou específica e a interferência na política adotada pelas entidades para a consecução dos objetivos estatutários e contratuais.

§ 3º — A jurisdição de que trata este artigo estende-se aos herdeiros, sucessores, fiadores e representantes dos responsáveis.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 15 — A competência do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná é decorrente de sua condição de órgão estadual, criado com a finalidade de auxiliar as Câmaras Municipais no exercício do controle externo, compreendendo:

I — a apreciação das contas dos Prefeitos e das Mesas das Câmaras Municipais;

II — o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas do Executivo e Legislativo Municipais;

III — a apreciação da regularidade das contas dos Administradores e demais responsáveis por bens e valores municipais.

Art. 16 — Ao Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, além das atribuições previstas no art. 16, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, do art. 113, parágrafos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º da Constituição do Estado, no que couber, e de outras conferidas em lei, compete:

I — emitir parecer prévio sobre as contas anuais da Mesa da Câmara e do Prefeito e dos órgãos da Administração Indire-

ta, dentro do exercício em que foram prestadas;

II — exercer auditoria financeira e orçamentária sobre a aplicação dos recursos, inclusive os decorrentes de contratos, convênios, acordos ou atos congêneres, das unidades administrativas do Executivo e do Legislativo do Município, através de acompanhamento, inspeções e diligências;

III — examinar as demonstrações contábeis e financeiras das aplicações dos recursos das unidades administrativas sujeitas ao seu controle e determinar a sua regularização;

IV — opinar sobre a aplicação de auxílios ou subvenções concedidos aos Municípios por entidades públicas ou particulares, aprovando-a ou não;

V — encaminhar à Câmara Municipal o parecer prévio sobre as contas do Prefeito, acompanhado do processo respectivo;

VI — comunicar à Câmara Municipal, para fins de direito, a falta de remessa, dentro do prazo, das contas a que se refere o item anterior;

VII — examinar a aplicação de auxílios e subvenções concedidas pelo Município e entidades particulares de caráter assistencial ou que exerçam atividades de relevante interesse público.

Art. 17 — O Conselho de Contas dos Municípios do Paraná tomará a iniciativa de representação visando à intervenção em Municípios, na forma estabelecida na Constituição do Estado e na Lei Orgânica dos Municípios.

Art. 18 — Verificada a ilegalidade de qualquer despesa da Administração Municipal, inclusive decorrente de contrato, convênio, acordo ou atos congêneres, o Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, deverá:

I — assinar prazo razoável para que o órgão respectivo adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei e à regularização da despesa;

II — sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado exceto em relação a contratos, convênios, acordos ou atos congêneres;

III — solicitar à Câmara Municipal, em caso de qualquer dos atos referidos no inciso anterior, que determine a medida prevista no citado inciso ou outras necessárias ao resguardo dos objetivos legais;

IV — conceder a despesa e declarar insubsistente qualquer dos atos a que se refere o inciso II, se a Câmara Municipal não deliberar sobre a solicitação a que se refere o item precedente, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único — O Prefeito poderá ordenar a execução ou registro dos atos a que se refere o "caput" deste artigo "ad referendum" da Câmara Municipal, quando impugnado pelo Conselho.

Art. 19 — Compete, ainda, ao Conselho de Contas dos Municípios do Paraná:

I — elaborar seu Regimento Interno e organizar os seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos, na forma de Lei;

II — propor ao Poder Executivo a criação ou extinção de cargos de seu Quadro e a fixação dos respectivos vencimentos, na forma da lei;

III — conceder licença, férias, afastamentos, gratificações e outras vantagens da lei, aos Conselheiros e Procuradores e aos servidores da Secretaria do Conselho;

IV — responder a consultas, na forma do Regimento Interno, e expedir instruções normativas em matéria pertinente à fiscalização contábil-financeira e orçamentária dos Municípios.

TÍTULO III

DAS SESSÕES E DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS SESSÕES

Art. 20 — O Conselho de Contas dos Municípios do Paraná somente poderá reunir-se e deliberar com a presença de pelo menos de seus membros, inclusive o que presidir ao ato.

Art. 21 — O Conselho de Contas dos Municípios do Paraná reunir-se-á em sessão ordinária, em dias previamente fixados, e, extraordinariamente, sempre que a necessidade do serviço o exigir, na forma prevista no Regimento Interno.

Parágrafo único — Para a comemoração de fatos e datas de reconhecida relevância poderá o Conselho reunir-se em sessão solene.

CAPÍTULO II DAS DELIBERAÇÕES

Art. 22 — O Conselho de Contas dos Municípios do Paraná deliberará sobre os casos de sua competência e sob sua jurisdição, por força do que dispõe a Constituição Federal, Constituição do Estado, a Lei Orgânica dos Municípios, esta Lei, o seu Regimento Interno e suas Resoluções.

Parágrafo único — Em virtude de deliberação do Conselho, realizar-se-ão auditagens, inspeções e diligências que visem à apreciação de fatos novos ligados ao processo e dele não constantes, antes da fase de deliberação, para fim de instruí-lo.

Art. 23 — As decisões do Conselho serão proferidas pela forma prevista no seu Regimento Interno, com explícita indicação dos seus objetivos e dos seus efeitos.

Art. 24 — Não poderá o Conselho de Contas dos Municípios do Paraná proferir decisão condenatória sem que o responsável, em qualquer fase do processo, tenha sido notificado das irregularidades constatadas para oferecimento de defesa.

Art. 25 — As decisões do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, no julgamento de processos de prestação ou tomada de contas, terão força de coisa julgada em relação às pessoas e matérias sujeitas à sua jurisdição.

TÍTULO IV DOS RECURSOS

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 26 — Das decisões sobre a regularidade das contas dos responsáveis poderão recorrer, para o próprio Conselho e na forma do Regimento Interno, as partes interessadas ou o representante da Fazenda Pública, dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data de ciência da decisão.

Parágrafo único — Quando o recurso for interposto pela parte interessada, sobre o mesmo manifestar-se-á a Procuradoria da Fazenda Pública.

Art. 27 — Dentro do prazo de 5 (cinco) anos, a partir de decisão definitiva sobre a regularidade das contas, é admissível pedido de revisão pela Procuradoria da Fazenda Pública, pelo responsável, seus herdeiros, ou fiadores, o qual se fundamentará:

I — em erro de cálculo nas contas;

II — em falsidade de documento em que se tenha baseado a decisão;

III — na superveniência de novos documentos com eficácia sobre a prova produzida.

Art. 28 — A decisão dos pedidos de revisão determinará a correção de todo e qualquer erro ou engano apurado.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 — As pessoas ou entidades que recebem auxílios ou subvenções dos Municípios ficam obrigadas a encaminhar ao Conselho de Contas dos Municípios do Paraná prestação de contas anual da aplicação dos recursos, até 31 de janeiro do exercício seguinte.

Art. 30 — O Conselho de Contas dos Municípios do Paraná poderá requisitar de qualquer autoridade, servidor, órgão, das Câmaras e Prefeituras Municipais, inclusive daquelas entidades mencionadas no parágrafo 1º do art. 14 desta lei, cópias autenticadas ou o original de documentos ou peças de processos ou informações, sem prejuízo de inspeções locais.

Parágrafo único — As autoridades ou servidores são obrigados, sob as penas da Lei, a atender, no prazo que for fixado, às requisições mencionadas neste artigo, bem como permitir e facilitar as inspeções e comparecer para depor, no caso de servidor municipal ou autoridade, quando notificado ou convocado.

Art. 31 — A apreciação das contas dos Prefeitos e das Câmaras Municipais, além do exame do Balanço anual, encaminhado ao Conselho na forma da Lei Orgânica dos Municípios, compreenderá o exame dos Balancetes mensais, devendo estes serem apresentados até o último dia do mês subsequente ao que se referirem.

Art. 32 — Enquanto não for aprovado o Quadro de Pessoal Permanente do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná os serviços da Secretaria serão executados por servidores do Estado e dos Municípios, colocados à disposição do colegiado.

Parágrafo único — Os servidores de que trata o “caput” deste artigo poderão ser aproveitados no Quadro a que o mesmo se refere.

Art. 33 — A remuneração dos Conselheiros e dos Procuradores do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná é

Art. 34 — Ficam criados, na estrutura do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, os cargos comissionados e as funções gratificadas constantes do com a remuneração ali prevista.

Art. 35 — As gratificações de representação temporária do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná são as fixadas pelo

Parágrafo único — As gratificações de função a que alude este artigo serão calculadas sobre o valor do vencimento básico e da representação fixados nesta Lei, para os cargos de que são titulares os Conselheiros e Procuradores, quando investidos nas funções enunciadas na mencionada Tabela.

Art. 36 — A apreciação das contas municipais de de toda a matéria correlata, pendentes de julgamento pelo Tribunal de Contas do Paraná passará à responsabilidade do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, a partir de sua instalação.

Art. 37 — O Chefe do Executivo dará posse aos Conselheiros inicialmente nomeados para compor o Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, cabendo ao Presidente do órgão efetivar as investidas subsequentes, na forma regimental.

Art. 38 — O Conselho de Contas dos Municípios do Paraná será instalado pelo mais idoso dos Conselheiros nomeados, cabendo-lhe na mesma sessão de instalação, presidir as eleições, para Presidente e Vice-Presidente, na forma prevista no art. 6.º desta Lei, passando os eleitos a cumprir seus mandatos.

Art. 39 — Os servidores a que se refere o parágrafo 1.º do artigo 4.º, durante o exercício da substituição, farão jus à remuneração de Conselheiro.

Art. 40 — Aplicam-se aos Conselheiros, Procuradores e servidores do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, no que couber, as normas da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 41 — O Regimento Interno disporá, supletiva e complementarmente, sobre a estrutura de organização e o funcionamento das unidades administrativas do Conselho, bem como sobre as atribuições dos seus servidores, a ordem dos trabalhos de Plenário, casos de impedimentos e suspeições nos julgamentos e matérias referentes a suas atividades internas.

Art. 42 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os

créditos necessários à instalação e funcionamento do Conselho de Contas dos Municípios do Paraná no corrente exercício.

Art. 43 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em/...../1984.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 142/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Suelly Marcondes de Moura Festugato.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O progresso e o impulso desenvolvimentista que se observa no oeste do Paraná, região que há poucos anos atrás se caracterizava por ser agreste e despovoada, firmaram-se em razão dos brasileiros que para lá se deslocaram, possuídos pela fé inquebrantável de transformar aquele rincão paranaense no atual modelo de civilização que o Brasil inteiro reconhece e admira.

A operosidade, o dinamismo e o trabalho persistente das pessoas que se radicaram naquele pedaço do solo do Paraná, rasgaram descrença e escreveram uma das mais belas páginas na história admirável desta unidade de federação brasileira, berço esplêndido da maior produção agrícola do país.

Entendemos ser justo propormos homenagens a pessoas como a Senhora SUELLY MARCONDES DE MOURA FESTUGATO, outorgando-lhe o Título de Cidadã Honorária do Paraná pela reconhecida folha de serviço prestada ao progresso de Cascavel e de todo o Estado do Paraná.

É a expressão do nosso reconhecimento pela preciosa contribuição e pela consagração da própria vida ao desenvolvimento do setor empresarial (industrial, agrícola e comercial) da pátria brasileira.

A Senhora Suelly Marcondes de Moura Festugato se inclui entre os agentes empenhados em ampliar benefícios em prol do avanço e da valorização dos trabalhadores que somam na busca do ideal do progresso das Organizações Renato Festugato.

A nossa homenageada, ao longo de sua vida, foi sempre a guardiã do otimismo e de confiança no futuro, como demonstra a sua participação na fundação da Sociedade Rural do Oeste do Paraná que desenvolve papel preponderante no Fomento da Agropecuária Regional.

Mesmo nas fases vividas à prova de duros golpes, como aquelas experimentadas com a perda prematura de seu filho empreendedor, Sérgio Mauro Festugato e de seu esposo, o operoso industrial de saudosa memória Renato Festugato, num espaço de tempo muito curto, que exigiu fôlego, espírito de renúncia e abnegação para superar os percalços e os desafios que a vida lhe reservou.

Assumindo todos os encargos, outrora reservados ao esposo e filho, Suelly Marcondes de Moura Festugato, demonstrou toda a sua competência e seu valor reconhecido transpondo obstáculos e mantendo o ritmo de desenvolvimento das empresas que constituem as organizações Renato Festugato, sob sua direção, sobrando-lhe tempo para dedicar-se às inúmeras obras no campo social, auxiliando e participando de entidades como o Recanto da Criança - CEMIC, que cuidam de dezenas de crianças abandonadas, direcionando-as para uma vida com horizontes de esperança e certezas.

Estes são alguns aspectos que nos inspiram a propor esta homenagem do Estado do Paraná, a ilustre Senhora Suelly Marcondes de Moura Festugato, que como esposa, mãe e empresária

sempre deu testemunho de uma vida inteiramente voltada para o bem estar do povo paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 143/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras, com sede e foro no Município de Tapejara.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1978, com a denominação de Associação de Recuperação de Alcoólatras, na cidade de Tapejara, com duração ilimitada e finalidade principal da recuperação de alcoólatras; através de psicoterapia de grupo, entre pessoas dadas ao vício de alcoolismo, proporcionando-lhes a readaptação junto a seus familiares sem quaisquer interesses pecuniários visando tão somente o bem-estar daqueles necessitados.

Assim sendo, esperamos que os ilustres Pares com assento nesta Casa, acolham esta nossa pretensão, pois a mesma está de acordo com a Lei reguladora da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 144/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Sindicato de Hotéis e Similares de Curitiba", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato de Hotéis e Similares de Curitiba, é uma entidade que vem atuando no setor hoteleiro de nossa Capital, em benefício de seus associados, nos termos estatutários.

A documentação que anexamos ao processo, comprova o preenchimento dos requisitos necessários previstos na Lei nº 6.994, de 10.01.78, que regula e intitula de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso apresentamos o presente plano que, temos a certeza, merecerá total apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 145/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública o Centro de Assistência Social "Divina Misericórdia", da Paróquia de São Rafael, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública, através do presente plano de lei, está devidamente registrada como pessoa jurídica, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos, 1º Ofício da Capital, estando portanto, em condições de ser declarada de utilidade pública.

Isto posto, solicito dos nobres Pares desta Casa, o devi-

do apoioamento para o presente projeto.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, inscrito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com relação a notícias veiculadas pela imprensa de um possível interesse do Governo Federal na fiscalização do Porto de Paranaguá, recebemos uma correspondência da firma Berneck Companhia Limitada, que passaremos agora a ler:

“Pecar pelo silêncio quando se deveria protestar, transformar os homens em covardes”. (Abrahan Lincoln)

“Prezado Senhor.

As notícias veiculadas pela imprensa sobre a federalização do Porto de Paranaguá, nos entristece. Pelo significado que nosso principal escoadouro marítimo representa na grandeza do Estado do Paraná.

Não nos cabe fazer qualquer análise sobre o ângulo federal mas sim sob o ângulo estadual. E, neste aspecto, cremos que o nosso Porto não deverá se constituir em subsidiária da Holding PORTOBRÁS. O homem, por natureza, sempre defendeu seu território, mesmo que isso lhe custasse a própria vida. O Porto de Paranaguá pertence ao Estado do Paraná. E cabe aos homens que participam da administração pública deste Estado se posicionarem contrários a qualquer medida que interrompa sua concessão, ferindo e violentando a autonomia do Estado.

Partindo da premissa que não são os lugares que honram os homens, mas os homens que honram os lugares, nos sentimos à vontade para afirmar que, através de nossa participação efetiva, teremos ainda maior orgulho em dizer: somos paranaenses.

Na iniciativa privada, em todos os níveis, aprendemos, em primeiro lugar, a respeitar o nosso cliente. E, por mais acirrada que seja a concorrência, o cliente sempre será preservado.

Da mesma forma vemos que as classes políticas, em seus diferentes partidos, representando seu eleitorado, unidas na defesa de um interesse maior, o interesse do Estado do Paraná, o interesse do povo de nossa terra”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou encaminhar à Mesa e pediria o apoioamento dos nobres Srs. Deputados da Bancada do PMDB, para um requerimento que passaremos a ler.

(Lê): “O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, expediente consubstanciado em apelo, no sentido de que determine, através da Secretaria do Interior, que as taxas referentes às tarifas de esgoto cobradas pela SANEPAR, incidentes nas tarifas de água, sejam limitadas ao máximo em 50 por cento da tarifa de água devidas pelo consumidor, em obediência ao § 3.º da Lei Municipal n.º 6388, de 17/12/82, que autorizou a concessão à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a operação e exploração dos serviços públicos, dos sistemas de abastecimento de água, coleta e remoção de esgoto sanitários da cidade de Curitiba.

O aludido § 3.º da Lei 6388, promulgada pela Presidência da Câmara Municipal de Curitiba, passou a integrar o texto da Lei n.º 6388, a partir de 12 de abril de 1983, no entretanto a SANEPAR, até a presente data não implantou essa medida,

em desrespeito à Lei Municipal, baseando-se a sua aplicação de taxas em uma Portaria do Diretor de Programas de Complementação da Habitação do Banco Nacional de Habitação de 30/12/80, a qual autorizou a incidência da tarifa de esgotos para 100 por cento da tarifa de água, nas contas emitidas pela SANEPAR.

Não se pode admitir que uma simples Portaria de um Diretor de Programa do BNH se sobreponha a uma Lei.

É nesta linha de atuação que estamos apresentando o presente apelo a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, para que, de acordo com a programática do seu governo voltado para o povo, venha a determinar a aplicação da Lei Municipal pela SANEPAR.

Lei esta votada pelos legítimos representantes do povo curitibano, e estabelecida pelo Poder Legislativo Municipal em favor da nossa população.

Em defesa do povo paranaense deve ser a atuação da máquina administrativa, principalmente nos setores que atendem aos serviços essenciais, como é o da SANEPAR”.

E continua o requerimento, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, com mais algumas considerações.

Mas é de suma importância para o povo de Curitiba a aprovação desse requerimento e o reconhecimento do conteúdo do mesmo, pelo Sr. Governador José Richa.

Acontece que, quando a Prefeitura de Curitiba transferiu a concessão do serviço de água, da coleta e remoção do esgoto sanitário, a SANEPAR, houve uma emenda do Vereador José Gorski, determinando que a tarifa do esgoto cobrada seria apenas de 50 por cento do consumo de água devida pelo usuário.

O Prefeito, o ex-Prefeito Jaime Lerner, vetou a referida emenda que se constituía no parágrafo III, artigo II, da sua mensagem. Posteriormente, na apreciação do veto, os Vereadores unidos em favor da população curitibana, rejeitaram o veto por unanimidade, fazendo parte constante da Lei 6388.

Entretanto, não se sabe porque, a SANEPAR até a presente data teima em desconhecer um texto legal e impõe ao povo curitibano, a cobrança de 100 por cento da tarifa de esgoto referente ao consumo da água de cada usuário.

É uma situação que não pode perdurar, razão pela qual estamos, em primeira mão, apelando ao Sr. Governador do Estado, caso o nosso requerimento não encontre eco favorável, não teremos outro caminho, senão nos juntarmos a milhares de cidadãos curitibanos que pretendem propor uma ação popular contra a SANEPAR.

Era esse o teor do meu requerimento, Sr. Presidente. Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última sessão de quarta-feira, fizemos aqui um breve relato sobre os 39 anos da União Paranaense dos Estudantes Secundários, agora União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Graus, e hoje temos aqui a satisfação, Sr. Presidente, de comunicar à Casa a realização do trigésimo quinto Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas, quando ficou aprovado o novo estatuto, que passa a reger os destinos da União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Graus.

E além disso, eles discutiram e aprovaram esse estatuto, e realizaram também um ato em defesa da Assembleia Nacional Constituinte, e também pelas eleições diretas já para Presidente da República, além de aprovar, por unanimidade, uma

moção de repúdio ao Governo Federal pela atitude de tentar federalizar o Porto de Paranaguá.

Nós queremos, neste momento, registrar este congresso dos estudantes do Paraná, lembrando da sua ativa participação nos congressos nacionais realizados nos últimos anos, e também registrando aqui, neste momento, a presença de 30 estudantes secundários que participaram do congresso e estão até hoje em Curitiba visitando esta Casa Legislativa.

Queria registrar, neste momento, a presença destes estudantes aqui neste plenário.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda no ano passado, por indicação do Deputado Trajano Bastos, Presidente desta Casa, tivemos oportunidade de participar de um Simpósio patrocinado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que versou sobre fiscalização financeira e orçamentária dos municípios, analisando com profundidade o papel que desempenha neste processo fiscalizatório dos Conselhos de Contas dos Municípios, já instalados em alguns dos Estados da Federação Brasileira.

Participamos durante alguns dias desse simpósio e tivemos a oportunidade de aceitar a indicação do ilustre Presidente desta Casa, porque na condição de Vereador à Câmara Municipal de Curitiba, durante 14 anos, senti que a tarefa de fiscalizar as contas municipais, que no Paraná ainda estão a cargo do Tribunal de Contas, se fazia como se faz ainda, com uma série de distorções que impedem o bom andamento dos negócios tributários e financeiros dos municípios do Paraná.

E isso vem de encontro, também, essa possível descentralização dos trabalhos fiscalizatórios, a cargo hoje ainda, do Tribunal de Contas do Paraná, no que se refere à área municipal, veio ao encontro de uma filosofia de descentralização que devemos procurar, e que nós reputamos como um dos grandes males que afligem a própria administração pública. Eu devo, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ler o relatório final desse simpósio.

E o faço, depois de ter recebido há pouco tempo, esse relatório final, depois de ter tido a oportunidade de, assessorado por uma equipe de técnicos no assunto, chegar à redação de um esboço de projeto de lei, criando na estrutura político-administrativa do Paraná, um órgão que atendendo dispositivo constitucional, viesse a se especializar, no controle financeiro, tributário e orçamentário dos municípios, com grande vantagem para a própria administração pública. (Lê):

“O Controle externo da administração financeira e orçamentária das diversas unidades de governo é princípio essencial do conceito da responsabilidade política dos agentes públicos e um dos suportes do Estado de direito democrático. Do contrário, seria admitir que tesouro público e tesouro dos governantes ou agentes públicos são a mesma coisa, como nos tempos do absolutismo real.

Assim, todo ordenador de despesas está obrigado a prestar contas dos dinheiros públicos que recebe e gasta, mediante procedimentos formais capazes de assegurar a correta observância do princípio.

No Brasil, a fiscalização da administração financeira e orçamentária municipal é reconhecida como legítima função do Governo estadual face à Constituição Federal que em seu artigo 16, § 1.º, (Emenda Constitucional n.º 1, de 1969) explicita que o “Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a

a que for atribuída essa incumbência” serão competentes para auxiliar as Câmaras Municipais no controle externo das contas municipais.

O exercício da fiscalização financeira dos Municípios por uma esfera superior de Governo assume característica de universalidade ainda que variem de país para país os métodos, a extensão e a profundidade de sua atuação, em função do grau de autonomia municipal, as tradições e a natureza dos recursos despendidos pelos Municípios. Assim, há países onde são fiscalizadas apenas as transferências negociadas (auxílios e subvenções), como é geralmente o caso dos países escandinavos. Em outros, órgãos superiores fiscalizam não só transferências negociadas como também os tributos partilhados e a arrecadação própria dos Municípios. Em nenhuma circunstância coloca-se em jogo a idéia da autonomia municipal pelo fato de haver essa fiscalização.

No Brasil, de 1964 para cá, transferiu-se primeiro esta atribuição das Câmaras Municipais para o Tribunal de Contas da União, quanto a transferências federais, e depois para os governos estaduais. Os Tribunais de Contas Estaduais e os Conselhos de Contas Municipais desempenham hoje em dia uma função eminentemente de órgãos auxiliares da Câmara Municipal. A responsabilidade final da fiscalização financeira continua em mãos da Câmara, que pode rejeitar o parecer do órgão estadual, mediante o voto de dois terços de seus membros. Esta é uma função relevante que as Câmaras Municipais preservam.

Conforme ficou visto acima, a Constituição permitiu que órgãos especializados que não os Tribunais de Contas Estaduais assumissem a fiscalização da administração financeira e orçamentária dos Municípios. Desta forma, os Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão e Pará contam hoje com Conselhos de Contas Municipais em sua estrutura governamental. Outros, por exemplo em Mato Grosso, encontram-se em fase de criação.

A nosso ver, esta solução constitucional apresenta três vantagens e nenhuma desvantagem. O primeiro benefício advém da especialização. Cuidando apenas das contas municipais - ao contrário dos Tribunais de Contas que são responsáveis por todas as contas estaduais além daquelas dos órgãos da administração indireta, normalmente contas volumosas - os Conselhos de Contas podem aprofundar-se no conhecimento das administrações municipais em todos os seus detalhes e sutilezas. A segunda vantagem diz respeito à possibilidade de maior rapidez no desempenho da função de fiscalização, sobretudo no caso de Estados que contam com um grande número de Municípios. Os Tribunais de Contas Estaduais se vêem, nesses Estados, sobrecarregados com mais essa tarefa. Sabe-se que há Tribunais de Contas Estaduais que hoje se defrontam ainda com exame de contas de muitos anos atrás, tal o volume de trabalho a seu cargo. Finalmente, uma terceira e fundamental vantagem destes órgãos se prende ao fato de que, especializando-se e adquirindo uma compreensão melhor das realidades municipais, podem desempenhar uma função didática e de orientação técnica que em muito vem a beneficiar as administrações municipais, pois em toda fiscalização o objetivo fundamental não é tanto a punição mas a obtenção de comportamento segundo normas legais estabelecidas. Essa função didática é tão mais relevante quanto se sabe do caráter hipercoreto da legislação federal aplicável aos Municípios, tratados igualmente pela lei que também se aplica aos Estados e ao Governo Federal, numa simetria que não leva em conta a imensa disparidade entre as condições técnicas e culturais das administrações dos municípios paupérrimos, por um lado, e os recursos daquela ordem de que dispõem os governos estaduais e federal para a prestação de suas contas.

Controvérsias.

Apesar da transparência de sua bondade e eficácia, a

idéia dos Conselhos de Contas Municipais tem encontrado resistências em alguns Tribunais de Contas Estaduais, que chegaram a invocar na justiça a nulidade dos atos de criação destes órgãos, com base na sua ilegalidade e na sua inconveniência do ponto de vista econômico-financeiro.

A argumentação então levantada é a seguir brevemente descrita. A questão legal aponta para o fato de que a redação do artigo 16 da Emenda Constitucional n.º 1 leva a uma interpretação errônea da possibilidade de criação de outro órgão fiscalizador além do Tribunal de Contas Estadual. Segundo os críticos dos Conselhos de Contas Municipais a expressão "ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência" se prende a uma questão conjuntural, do momento da redação da Emenda, quando havia Estados-membros que antes de instituírem o argumento legal indicando que o objetivo da Constituição seria o esforço dos Tribunais de Contas. Inadmissíveis portanto que a mesma Carta Magna restringisse a atuação desses órgãos ao atribuir a outros suas funções inerentes. Alega ainda que a conjunção ou inscrita no artigo constitucional não é razão suficiente para admitir a existência concomitante de dois órgãos estaduais com vantagens idênticas.

O argumento contrário aos Conselhos de Contas Municipais, que se baseia em considerações de ordem econômico-financeira, diz serem estes órgãos desnecessários e causadores de pesados ônus aos cofres estaduais. Justifica seu reclamo ao lembrar a exigência de equiparação de vencimentos, vantagens e prerrogativas dos membros dos Conselhos de Contas Municipais aos Tribunais de Contas Estaduais. Afirma que ao fazerem isso conflitam com o espírito e os preceitos da Constituição Federal, na medida em que são apenas Conselhos.

Concluem os defensores dos TCEs, argumentando que os mesmos têm capacidade técnica para manutenção da função fiscalizadora atribuída pela Constituição. Há necessidade de aprimoramento de pessoal técnico-especializado no campo da contabilidade pública e de um aparelhamento mais adequado de sua estrutura administrativa.

Decisões do Supremo Tribunal Federal.

Por iniciativa dos Tribunais de Contas dos respectivos Estados foram feitas, até hoje, três impugnações judiciais contra a criação dos Conselhos de Contas que resultaram, entretanto, em decisões favoráveis do Supremo Tribunal Federal aos Conselhos. A primeira delas, Representação n.º 846, tratou da criação do Conselho de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e teve como relator o Ministro Antônio Neder, em dezembro de 1972. A segunda, três anos mais tarde, originou-se do Estado do Ceará, tendo como relator o Ministro Aliomar Baleeiro. Finalmente, em 1979, a Representação 952-1 dizia respeito ao Estado de Minas Gerais e o Ministro Djaci Falcão foi o seu relator.

No primeiro acórdão foi julgada procedente em parte, à unanimidade, a inconstitucionalidade do DL 253-70-RJ (integra Conselho de Contas ao Departamento de Municipalidades da Secretaria do Interior e Justiça), não havendo quórum para declaração da inconstitucionalidade do artigo 151, § 1.º, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (prevê criação do órgão estadual para auxiliar controle externo).

A segunda resultou em acórdão que julgou improcedente a Representação n.º 917-CE, no tocante à constitucionalidade do Conselho de Contas dos Municípios do Ceará, decidindo-se que: 1 - não violam a Constituição Federal os arts. 25 a 31 da Constituição do Ceará, de 25.11.1970, que criaram e regularam o Conselho de Contas dos Municípios. 2 - O art. 16, §§ 1.º e 2.º da Constituição Federal, prevê e autoriza a instituição de órgão, a par do Tribunal de Contas, para auxiliar este e as Câmaras Municipais no controle externo das finanças das Prefeituras. A terceira resultou em acórdão que julgou improcedente a Representação n.º 952-MG, no tocante à criação do Conselho do Minas Gerais (§§ 1.º e 3.º do art. 168

da Emenda n.º 6/76 à Constituição de Minas Gerais) e procedente, em parte, no que se refere aos vencimentos dos membros do Conselho de Contas (art. 169 da referida Emenda n.º 6/76), julgada inconstitucional nesse ponto.

A idéia predominante entre os Ministros do Supremo Tribunal que se posicionaram favoravelmente à criação dos Conselhos de Contas indica que, apesar de ser imperativa a existência dos TCEs, nada impede a coexistência dos dois órgãos, desde que o Conselho possa garantir um funcionamento proveitoso. Assim se pronunciaram, por exemplo, os Ministros Bilac Pinto, Rodrigues Alckmin, Eloy da Rocha e Aliomar Baleeiro, quando da Representação n.º 846 referente ao Rio de Janeiro. No caso do Ceará novamente se colocou a favor dos Conselhos o Ministro Aliomar Baleeiro, sendo que na Representação que tratou de Minas Gerais votaram favoravelmente os Ministros Decio Miranda, Djaci Falcão, Antônio Neder, Xavier de Albuquerque, Leitão de Abreu, Cordeiro Guerra, Cunha Peixoto e Soares Muñoz.

Em resumo, as opiniões foram unânimes no sentido de que os TCEs se encontram sobrecarregados com o controle financeiro da administração estadual, pelo que se afigura demasiada a revisão das contas municipais. Também chegou-se ao consenso da impossibilidade de a Constituição prever um órgão sem competência e com um futuro jurídico fatal para sua existência. Finalmente, assumiu-se que o discutido final § 1.º, do artigo 16 da Emenda Constitucional n.º 1/69 autorizava a criação de órgão estadual específico para os Municípios, sem prejuízo da relevante e prestigiosa tarefa dos Tribunais de Contas Estaduais.

Opinião dos Juristas.

Por sua vez, juristas têm-se pronunciado favoravelmente aos Conselhos de Contas, com base na legalidade da idéia e sua bondade. Eminentes jurisconsultos, como Carlos Medeiros e Silva, Hely Lopes Meirelles, Aliomar Baleeiro e João Lyra Filho, emitiram pareceres favoráveis à criação dos Conselhos de Contas com base em sua legalidade. Os argumentos, embora variando as interpretações, conduzem à idéia de que é exigência constitucional, e não uma faculdade, a existência de Tribunais de Contas Estaduais para o controle de contas públicas. Por outro lado, segue o raciocínio, seria anadmissível a previsão da existência de um órgão ("ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência") sem competência, um "natimorto constitucional" nas palavras do jurista Carlos Medeiros e Silva. Agrega ainda o fato de a existência de órgão estadual autônomo, a par do TCE, com a atribuição de fiscalização municipal, ter sido preconizada anteriormente como recomendável. Qualquer condenação à existência deste órgão só surge a partir de 1969 com sua previsão na Emenda Constitucional.

Não só a legalidade da idéia foi e é defendida por aqueles que justificam a existência dos Conselhos de Contas Municipais. A bondade da idéia também tem sido levantada, destacando-se a opinião do Prof. Hely Lopes Meirelles, reconhecida autoridade em Direito Municipal. Para o jurista a criação de órgão específico para a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios seria recomendável por duas razões: "(...) primeiro, porque os Tribunais de Contas dos Estados já se acham asoberbados com a fiscalização financeira da administração estadual, e segundo, porque a estrutura e as peculiaridades da administração municipal exigem métodos próprios de controle, diversos em muitos aspectos dos utilizados para a fiscalização das contas estaduais". (*Direito Municipal Brasileiro*, 28. ed. vol. 7, pp. 480/481).

DIOGO LORDELLO DE MELLO
Superintendente Geral do IBAM

1. OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DO SIMPÓSIO

Com o intuito de discutir as questões relativas aos problemas e à prática da fiscalização orçamentária e financeira das administrações municipais, e, em especial, o papel que têm desenvolvido os Conselhos de Contas dos Municípios como órgãos auxiliares das Câmaras Municipais no desempenho da função de controle externo da administração local, que a elas compete, foi realizado pelo IBAM o "Simpósio sobre Fiscalização Financeira e Orçamentária Municipal: Papel dos Conselhos de Contas dos Municípios, nos dias 12 e 13 de maio, no Rio de Janeiro".

O evento contou com 41 participantes de 14 unidades da Federação, representando diversas instituições, além de cinco dos seis Conselhos de Contas dos Municípios em funcionamento no País, tais como: Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Ministério da Fazenda, Assembleias Legislativas Estaduais, Procuradorias Gerais dos Estados, Órgãos de Articulação com os Municípios, Câmaras de Vereadores, Prefeituras Municipais. Também presentes ao Simpósio estiveram os juristas Profs. Hely Lopes Meirelles, Vicente Ferrer Augusto de Lima e Nelson de Souza Sampaio. A abertura dos trabalhos esteve a cargo do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Oswaldo Trigueiro, membro do Conselho de Administração do IBAM.

2. OBJETIVOS QUESTÕES ABORDADAS

Atendendo aos objetivos do Simpósio foram apresentadas e discutidas as experiências de cinco dos seis Conselhos de Contas existentes no País: Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão e Goiás. Além de um detalhamento extenso de suas atividades foram ressaltados alguns aspectos merecedores de atenção.

A descentralização das tarefas inerentes ao órgão apresentou-se como unânime nas exposições proferidas na ocasião. Por intermédio de Inspetorias Regionais, localizadas em pontos selecionados do território estadual, os Conselhos de Contas conseguem desempenhar com regularidade inspeções nas Prefeituras e propiciar o acompanhamento mensal da documentação.

Mereceram igualmente destaque as possibilidades da especialização nos problemas específicos da administração orçamentária e financeira dos Municípios, que se têm concretizado na atuação dos Conselhos. Talvez por isso mesmo, desempenham os Conselhos de Contas dos Municípios uma atividade didática e orientadora que os coloca como cumpridores reais da tarefa de auxiliares do controle externo das administrações municipais. Em todos os Conselhos de Contas verificou-se a existência de uma programação voltada para o aprimoramento das atividades contábeis dos governos locais e para o atendimento das necessidades ainda grandes no setor.

Nesse trabalho atuam os Conselhos em estreita colaboração com os Órgãos Estaduais de Articulação com os Municípios, juntando esforços em favor da modernização das administrações locais. Como exemplo das tarefas de assistência técnica, no Conselho de Contas do Ceará, destaca-se o papel do Departamento Auxiliar de Controle Externo e das Inspetorias Regionais que cumprem a função pedagógica refletida na ordem de tramitação dos processos, nos serviços de diligências e inspeções e na atuação do Colegiado. Por sua vez, na Bahia, são frequentes os cursos promovidos e os estágios dirigidos aos servidores municipais, bem como encontros de trabalho com os Prefeitos Municipais. No Maranhão, a Coordenação de Orientação Técnica aos Municípios vem suprindo no Estado uma lacuna sentida pelas administrações locais, no trato com as questões orçamentárias e financeiras. O Conselho de Contas dos Municípios de Goiás realiza suas atividades

didáticas através de visitas dos inspetores e de expedientes oficiais, de cursos de capacitação e de aperfeiçoamento, além de auditorias oficiais, perícias ou promoções. O referido órgão conta ainda com painéis, gráficos, audiovisuais e publicações à disposição dos interessados tanto na sede quanto nas Inspetorias. No Amazonas, apesar de seu pequeno período de funcionamento - apenas um ano - o Conselho de Contas também define como fundamental sua função de orientação técnica e didática às administrações locais.

Tudo isso, entretanto, não exclui o fato de ainda serem preocupantes os problemas experimentados pela fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios. Foram mencionados alguns aspectos que ainda entravam o bom desempenho desta função.

A falta, nas Prefeituras, de pessoal técnico-especializado em contabilidade ou de pessoa capacitado a lidar com as exigências legais da matéria, faz com que sejam frequentes as irregularidades que levam a um aumento constante das tarefas de fiscalização. Por outro lado, em períodos de renovação da administração municipal, tal como o que agora se verifica em decorrência das eleições, é comum o problema da descontinuidade administrativa, bem como a dificuldade de apreensão da situação global das contas da administração anterior, e manejo da nova administração.

Também como relevante foi apontada a questão da hipercorreção da legislação federal aplicável à matéria, a qual não leva em conta as diferenças de graus de desenvolvimento entre os Municípios, prejudicando a eficácia de sua aplicação às Prefeituras mais pobres.

Atrasos constantes cometidos pelas Prefeituras no envio da documentação necessária à função fiscalizadora dos Conselhos foram lembrados como uma das práticas que ainda persistem nas administrações locais.

A proliferação de escritórios particulares que prestam assessoria às Prefeituras do interior foi mencionada como fator problemático. No mais das vezes este serviço é oneroso para as Prefeituras e não apresenta a qualidade adequada, pela falta de estrutura e pessoal técnico para a realização de uma assessoria realmente qualificada.

Há que se levar em consideração, conforme lembrado no Simpósio, a falta de cultura cívica que entre nós pode ainda ser encarada como característica presente na sociedade. Sem dúvida, isso contribui para desacertos, na medida em que embora a percepção, pelo administrador, de sua responsabilidade pública, e pelos cidadãos, de seu direito de fiscalização daquelas pessoas investidas da função de governar.

Ao pronunciar sua palestra, o Prof. Vicente Ferrer Augusto de Lima, mostrou de forma bastante definitiva todas as questões suscitadas quando da criação do Conselho de Contas dos Municípios do Ceará, órgão pioneiro, e que foram progressivamente dirimidas por decisões do Supremo Tribunal Federal.

Finalizando, os juristas presentes ao evento foram unânimes em apontar a inquestionável legalidade dos Conselhos de Contas. Hoje já não cabem mais dúvidas quanto à constitucionalidade de tais entidades. Tampouco a sua funcionalidade pode ser contestada. Como ficou evidenciado nas exposições das experiências dos Conselhos de Contas, os mesmos vêm ocupando um espaço fundamental no apoio e aprimoramento das administrações municipais, a par de sua função fiscalizadora. Daí surgir de forma generalizada pelos participantes do evento uma recomendação no sentido de que a existência dos Conselhos de Contas dos Municípios seja difundida pelo restante do País, criando-se estes órgãos nos Estados onde ainda não existem e que achem por bem estabelecê-los."

Neste sentido, Senhor Presidente, aproveitamos a oportunidade para requerer e passamos às mãos dessa Presidência,

submetendo ao Plenário, a seguinte proposição. (Lê):

SÚMULA: Encaminha ao Excelentíssimo Senhor Governador esboço de ante-projeto de lei criando, na Estrutura político-administrativa do Governo do Paraná, o CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa, REQUER à Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do anexo esboço de anteprojeto de lei, criando o Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, como sugestão inicial tendente à instituição desse Colegiado, ainda ausente da estrutura político-administrativa do Estado.

Trata-se, o Conselho de Contas de órgão estadual cuja existência e atuação é preconizada pelo parágrafo 1º do art. 16 da Constituição Federal e pelo parágrafo 1º do art. 113 da Constituição do Estado, como auxiliar das Câmaras Municipais no controle externo da administração financeira e orçamentária dos Municípios.

À falta do Conselho de Contas dos Municípios denominada hoje já consagrada (art. 6º, n. I do Dec. Lei nº 1805, de 1980) e considerando que nenhum dos 310 (trezentos e dez) Municípios de nosso Estado tem Tribunal de Contas próprio a atribuição constitucional de auxiliar as respectivas Câmaras Municipais no controle que lhes compete, é, a título precário, atualmente exercida pelo Tribunal de Contas do Paraná, reduzindo-lhe a majestade e desviando-o de suas relevantes funções essenciais.

Por outro lado, um órgão estadual criado com a finalidade precípua e exclusiva de desempenhar esse importante papel auxiliar, por certo agilizará o prévio exame das contas dos Municípios de sorte a que as Câmaras Municipais possam julgá-las pouco tempo após o encerramento de cada exercício financeiro.

Também as orientações técnicas emanadas do Conselho de Contas em resposta à consultas sobre dúvidas de procedimento formuladas pelos Municípios, nas matérias de sua competência, pela conseqüente presteza, servirão para prevenir eventuais impropriedades e irregularidades na administração das finanças municipais.

Alguns Estados da Federação já instituíram os seus Conselhos de Contas dos Municípios e outros se apressam a fazê-lo, tendo em vista inclusive a recomendação havida em simpósio promovido pelo Instituto Brasileiro da Administração Municipal - (IBAM) - Simpósio sobre Fiscalização Financeira e Orçamentária: Papel dos Conselhos de Contas dos Municípios, realizado em maio de 1983, no Rio de Janeiro, do qual participamos por indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente desta Assembléia Legislativa.

Isto posto encarece o Requerente que o Senhor Chefe do Poder Executivo Estadual, a partir do presente, determine aos necessários estudos com o fim de, oportunamente propor à esta Casa, a criação do CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, que, instituído, preencherá uma sentida lacuna na estrutura político-administrativa de nosso Estado".

Esta proposição está assinada por muitos Senhores Deputados e eu coloco à disposição de outros que ainda não me deram a honra de apor as suas assinaturas, para que possam fazê-lo.

Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o esboço de projeto de lei é fruto de um trabalho de uma assessoria que tivemos oportunidade de montar e, analisando os 8 projetos de lei, tivemos oportunidade de compilar 6, referentes aos Conselhos de Contas Municipais já existentes

no País, e dois deles de Conselhos e Contas Municipais que estão para ser implantados. Nós aqui estabelecemos um esboço onde deixamos alguns vazios para serem preenchidos depois desses estudos que o Executivo deve proceder. É um projeto de lei dividido em capítulos e que tem 43 artigos. E nós estamos de posse de uma bibliografia extensa mostrando toda estruturação dos conselhos e contas municipais.

Eu gostaria de terminar o meu pronunciamento, trazendo um exemplo gritante da falta de atenção ao atual processo fiscalizatório paranaense, com relação às contas dos municípios. Mas antes de fazê-lo, Senhor Presidente, eu quero a honra de ouvir o aparte do nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque - Eu agradeço a Vossa Excelência e, ouvindo com atenção o seu pronunciamento, eu tenho que fazer um pequeno reparo no seu pronunciamento Deputado. Não conheço seu projeto, quem sabe falharei com o meu aparte, agora que estou tomando conhecimento através da tribuna e rapidamente, como Vossa Excelência mesmo diz que o projeto é longo, cheio de artigos, e que Vossa Excelência não teria condições de analisá-los num todo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Mesmo porque nobre Deputado, nós estamos apenas pedindo um encaminhamento ao Executivo Estadual, já que, a iniciativa de Lei desse tipo, é do Executivo Estadual.

O Sr. Tércio Albuquerque - Exatamente nós iríamos falar o que Vossa Excelência diz. Iniciativa essa que nós estamos tolhidos pela lei existente, porque nós não podemos legislar em assuntos que dêem despesas aos cofres públicos. Vossa Excelência sabe...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Permite nobre Deputado? Nós não estamos aqui propondo a lei, nós estamos encaminhando ao Executivo Estadual um esboço de anteprojeto de lei para ser encaminhado a esta Casa.

O Sr. Tércio Albuquerque - Eu agradeço a Vossa Excelência, mas, eu quero concluir o meu aparte. Vossa Excelência sabe que o País inteiro tem seus Tribunais de Contas distribuídos nos Estados em que ele é o responsável pela fiscalização da aplicação do dinheiro público, se Vossa Excelência acha e muitos acham que o Tribunal de Contas não está cumprindo com o seu devido papel qual é a nossa obrigação? Tentar fazer com que o Tribunal de Contas melhor esteja aparelhado para fiscalizar as contas. Porque nós temos as Câmaras Municipais, o Tribunal de Contas, vamos criar mais um órgão que vai dar despesa à administração pública, ou seja, para gerar mais empregos aos filiados do PMDB?

Pode não ser o desejo de Vossa Excelência mas, vai acabar acontecendo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Poderia interromper Vossa Excelência mais uma vez?

Vossa Excelência está a afirmar que é mais cabível de emprego para apaniguados do PMDB. É o que Vossa Excelência está a pensar.

O Sr. Tércio Albuquerque - Eu falei filiados, apaniguados até não falei, mas...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Está Vossa Excelência a pensar, quem sabe o "mau uso do cachimbo faz a boca torta".

O Sr. Tércio Albuquerque - Só que nós não fizemos esse mau

uso, não criamos nenhum órgão desse tipo que viesse dar emprego aos nossos filiados. Vossa Excelência sabe que não foi criado no governo passado, no Governo do Sr. Ney Braga. Agora, o que eu acho incoerente, meu caro Deputado, é que hoje nós vamos votar um projeto do Governador José Richa, indicando o Deputado Olivir Gabardo para o Tribunal de Contas que Vossa Excelência deverá votar, favoravelmente. E, Vossa Excelência mesmo, já quer criar um outro órgão, então, nós não devemos nem votar mais o projeto do Governador José Richa, porque, é mais um do PMDB que assume um cargo no Tribunal de Contas. A nossa bancada vai votar favoravelmente. Agora a nossa bancada não está entendendo é se criar mais um órgão paralelo ao Tribunal de Contas, com as mesmas funções. Para gerar mais despesas aos cofres do Estado do Paraná?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Vossa Excelência está tergiversando. Porque Vossa Excelência deve convir conosco que nós estamos colocando a debate para ser inclusive estudado, porque tenho condições de demonstrar a Vossa Excelência que nenhum...
(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que o seu tempo está esgotado e concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Concedo 10 minutos do horário da Liderança do PMDB ao orador que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Vossa Excelência está com a palavra por mais 10 minutos no horário destinado a vossa liderança.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Teríamos condições em oportunidade devida, debater o problema do custo financeiro. A forma como se vai implantar uma vez criado o Conselho de Contas Municipais no Paraná, é um problema a ser discutido oportunamente, podendo-se também inclusive fazer com que determinados serviços do atual Tribunal de Contas passem a prestar serviços no Conselho de Contas Municipais. Porque mais do que o custo financeiro de mais um órgão, nós devemos levar em conta é a melhoria na qualidade do processo fiscalizatório, porque eu posso aqui demonstrar nobre Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Mas Vossa Excelência não desconfia dos Vereadores distribuídos neste Estado inteiro, porque os Vereadores têm as Comissões Técnicas nas Câmaras Municipais. O Tribunal ainda fiscaliza.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Vossa Excelência peça um novo aparte que eu terei prazer em lhe dar.

O Sr. Tércio Albuquerque — Mas o meu tempo é curto.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Mas eu gostaria de dizer que Sua Excelência, o Deputado Tércio Albuquerque, mais uma vez está confundindo alhos com bugalhos. Nós não estamos criticando os Vereadores das múltiplas Câmaras Municipais e de Curitiba. Nós estamos achando e eu falo agora com conhecimento de causa como Vereador, que os Tribunais de Contas e neste caso, no nosso caso peculiar do Estado do Paraná, deixam muito a desejar no apoio no controle externo das administrações municipais no seu aspecto financeiro, tributário e orçamentário.

E eu dou um exemplo a Vossa Excelência, se Vossa Excelência me permitir.

O Sr. Tércio Albuquerque — A palavra é sua. O horário é seu, eu não tenho nem porque permitir ou não permitir.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Aqui é uma Auditoria, apenas sete Prefeituras da região metropolitana de Curitiba. Convênio firmado em 31 de maio de 82 entre a COMEC e a Prefeitura de Contenda, para execução de determinadas obras no município — 9 milhões de cruzeiros. Só em 14 de outubro de 82 é que a Prefeitura elaborou a carta-convite e a 18 de outubro, agora com grande rapidez é que foi homologado o convite e a qualificação da empresa, que venceu a concorrência.

O contrato foi firmado no dia seguinte, 19 de outubro. Os empenhos foram elaborados em 27 de outubro. Houve a prestação de contas. Os cheques estão todos aqui nominados. só que a própria Prefeitura em 25 de agosto de 83 presta a seguinte declaração: "Prefeitura de Contenda. Declaramos que parte do recurso referente ao Convênio COMEC, 2682, no valor de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, registrado nesta Prefeitura como Receita Orçamentária foi utilizado da seguinte forma: cheque nº 055441, no valor de 300 mil cruzeiros, foi utilizado como suprimento de caixa a esta Prefeitura na data de 3 de novembro.

Cheque nº 055442, no valor de um milhão de cruzeiros, foi usado como suprimento de caixa a esta Prefeitura no dia 4 de novembro.

Cheque nº 45433, no valor de um milhão e duzentos mil cruzeiros foi utilizado para pagamento da firma Gemacon Ltda. em data de 5 de novembro de 82". Esta firma não é a empreiteira das obras objeto do convênio.

Continuo a ler: "Em nossa prestação...

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — "Em nossa prestação de contas", — ouçam com atenção, Senhores Deputados — referente ao convênio COMEC 26/82, informamos que as notas fiscais 799 e 800 da Construtora Caxias, a firma a que as obras foram adjudicadas no valor de um milhão e de um milhão e quinhentos foram liquidadas através dos cheques números tais, e partes do cheque tal não traduzem a verdade. A nota fiscal 799 e 800 da Construtora Caxias Ltda. de 13 de dezembro de 82 e 18 de dezembro de 82, foram fornecidas pela referida Construtora de forma graciosa, as mesmas não foram pagas e muito menos contabilizadas.

Contenda, vinte e cinco de agosto de 83, Alcione Buch Dietrich, técnico de contabilidade, Antônio Graboski Neto, tesoureiro, Fernando Iurk Sobrinho, chefe do setor de contabilidade, testemunhas, o secretário da Prefeitura e um assessor do Prefeito".

O Sr. Tércio Albuquerque — Meu caro Deputado, me permite uma interrupção? Vossa Excelência me permite?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu já dou o aparte a Vossa Excelência. Vossa Excelência está muito ofensivo.

O Sr. Tércio Albuquerque — Não, eu não ofendi Vossa Excelência em nada. Eu ofendi Vossa Excelência em que, aqui?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Esse é um exemplo frisante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da falta de atenção que o Tribunal de Contas dá aos convênios firmados entre os Estados e as Prefeituras, e nós aprovamos, aqui, diariamente, inúmeros projetos de resolução e que,

cujo controle, cujo acompanhamento, não tem sido feito, e cujas prestações estão sendo encaminhadas ao Tribunal de Contas, e nós vamos averiguar o caso destas Prefeituras da região metropolitana e outras mais para verificar em que pé está a prestação de contas de cada município. Dou o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Tércio Albuquerque — Primeiro, não ofendi Vossa Excelência em nada, apenas lhe pedi um aparte, e Vossa Excelência, num pequeno aparte que me concedeu, me interrompeu várias vezes, e eu gostaria apenas de dizer a Vossa Excelência — acho que com isso não estou lhe ofendendo — que Vossa Excelência com esse parecer que Vossa Excelência lê com essa fiscalização de contas erradamente processada, não justifica a criação de um novo órgão no Paraná que deverá gerar uma enorme despesa aos cofres públicos. Vossa Excelência há de convir comigo que os Vereadores do Paraná têm condições; pode haver em um município ou outro que não haja o preparo dos Vereadores ou que não haja um órgão na Câmara, mas na maioria dos municípios paranaenses, está bem constituído por Vereadores inteligentes, capacitados, e cada Câmara tem o seu órgão técnico a par da legislação dos Senhores Vereadores.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Concluiu, nobre Deputado? Eu agradeço.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o dispêndio financeiro, para montar o Conselho de Contas Municipais e atender as suas finalidades nos Estados em que o Conselho já está impalantado, com a especialização do Tribunal de Contas de cada Estado para atender de modo mais preciso a fiscalização das contas do Governo do Estado e das empresas instituídas pelo Estado, de administração indireta, portanto. O dispêndio financeiro, dizia, não é dos mais altos, conforme nós teremos oportunidade de demonstrar porque, evidentemente, vai haver uma especialização de tarefas e, conseqüentemente, essa especialização de tarefas irá diminuir o centralismo, e essa diminuição do centralismo vai fazer evidentemente com que a fiscalização financeira dos municípios se torne muito mais eficaz e muito mais efetiva com a melhoria das administrações municipais, o que eu acredito, todos nós queremos. E eu trago aqui o meu testemunho pessoal de que, como Vereador, encontrei dificuldades inúmeras para verificar a fiel fiscalização das contas do Município de Curitiba nos quatorze anos que funcionei na Câmara Municipal, porque os pareceres vêm, evidentemente, analisando em globo toda a administração financeira-orçamentária do município. E não havendo, por parte do Tribunal de Contas, um esquema de acompanhamento à administração financeira e orçamentária de cada município.

E vejam bem, é Curitiba. Quanto mais municípios de pequeno porte, onde as dificuldades de gente técnica capaz de exercer as suas funções junto às Prefeituras é muito mais gritante.

Apresentando este trabalho, estou apenas, exclusivamente, convencido da importância dos falsários de contas municipais; em que pesa poder haver opiniões divergentes, estou aqui apenas e exclusivamente para cumprir o meu dever.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário restante.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Por dez minutos, o Deputado Ferrari Júnior. E o restante do horário, o Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Por dez minutos, o Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“No dia 4 passado tomamos conhecimento através da imprensa de que o IAPAS promoveria uma grande campanha, convocando o empresariado inadimplente a pagar suas dívidas para com a Previdência, sob a alegação de que nos próximos cinco anos “não terão outra oportunidade tão vantajosa como esta”, mas também, não faltaram as ameaças aos que não conseguiram sobreviver nesta desastrosa situação inflacionária, a estes a “austeridade será o tratamento”! Entendemos, Senhor Presidente, que com austeridade devem ser tratados os relapsos administradores da Previdência que convivem com a corrupção e a impunidade em suas áreas.

Nos últimos dez anos assistimos a um desfile de Ministros que não justificaram sua investidura para tão alto cargo. Da diplomacia a demagogia, parece que o ex-Senador Jarbas Passarinho está sendo o único a arregaçar as mangas no combate ao déficit assustador que tem assolado a Previdência e preocupado os segurados. Desde 1979, todos decantaram a corrupção como um dos principais fatores do déficit, mas nenhum lhe deu o menor combate, a não ser Jair Soares que apenas fez um balão de ensaio.

E neste balão de ensaio, o IAPAS do Paraná destacou-se em 1.º lugar em todo o país, ocupando espaços nobres na imprensa local e nacional. Mesmo assim, nenhuma medida enérgica foi tomada para deter a “ciranda da corrupção”.

Estamos falando da corrupção interna da Previdência, não estamos nos referindo à corrupção dos intermediários que falsificam documentos para obterem aposentadorias frias a seus clientes, de clínicas que causaram rombos vultuosos e hoje se encontram às voltas com a Justiça, dos falsificadores de guias de recolhimento do IAPAS para, fraudulentamente, comprovarem o pagamento de suas dívidas. Não são destes que estamos falando. Estamos nos referindo, Sr. Presidente, à corrupção, à fraude, à falsificação em documentos, a negligência dos funcionários que são regamente pagos para bem administrar as finanças da Previdência.

As irregularidades e omissões praticadas por altos funcionários do IAPAS, que embora “acobertados de fraudes”, permaneceram impunes e prestigiados pelo Superintendente do IAPAS, geraram de 1980 para cá, uma avalanche de fraudes e alguns inquéritos, mas poucas foram as punições e estas aconteceram somente aos funcionários menos graduados. No entanto, para os amigos do Superintendente nada aconteceu, embora irregularidades graves tenham sido comprovadamente praticadas.

Sr. Presidente, este mau exemplo dado a seus subordinados pelo Superintendente do IAPAS do Paraná, que além de ter respondido a dois inquéritos administrativos pela prática de irregularidades e num deles indicado, o deixou sem credibilidade perante seus próprios funcionários. E vejam como as fraudes proliferaram a partir de 1980. Relataremos apenas dois casos que comprovam nossas afirmações: o ex-Chefe da 1.ª Região Fiscal, afastado do cargo seis meses após o Superintendente ter tido conhecimento oficial do “acobertamento de fraudes”, foi, mesmo após o afastamento retardatário, prestigiado, defendido e até promovido por merecimento.

O ex-Chefe da Seção de Arrecadação permaneceu, desde 1980, distribuindo fraudulentamente certificados de quitação e só foi afastado em 1983.

Esta distribuição irregular de Certificados de Quitação causou um rombo aos cofres da Previdência, propiciando a alguns Chefes do IAPAS enriquecimento ilícito, que auxiliados por intermediários desonestos causaram prejuízos, também, a dezenas de contribuintes de boa fé.

E vejam que os funcionários da Previdência estão em greve, acreditamos nós em todo território nacional, para poucos, muitos, para muitos, poucos.

Estes exemplos que citamos, entre inúmeros outros que poderíamos declinar, servem para retratar a que tipo de administração "honesta, competente e idônea supervisão" está entregue o IAPAS do Paraná, onde o Superintendente CARLBERG, para defender amigos, entendeu que denúncias de fraudes com 500 dias de GAVETA foram plenamente conciliados com o termo "FALTA DE AGILIZAÇÃO OU MOROSIDADE".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora tem-se notícias através do ilustre Deputado Jorge Maia, porta voz do Superintendente, de mais irregularidades no IAPAS, informando a esta Casa, especificamente, "que o novo Secretário Regional de Contabilidade e Finanças não estava conseguindo CONCILIAR as contas do IAPAS...". Ora Sr. Presidente, matemática e contabilidade são ciências exatas e não podem apresentar tanta complexibilidade, principalmente, para um setor financeiro da SECRETARIA REGIONAL de Contabilidade e Finanças que deveria ser um órgão capaz de realizar suas atribuições, com técnicos altamente qualificados, não tenham tido habilidade suficiente de "conciliar" certas situações, ou então, algo impossível de ser alcançado, tenha obrigado o Superintendente, apesar da responsabilidade solidária, a encaminhar o problema a Instância Superior.

O Sr. Jorge Maia — Permite-me um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, tenho a impressão que Vossa Excelência está muito mal informado ou Vossa Excelência leu ou não entendeu o meu pronunciamento nesta Casa.

O que eu disse naquela ocasião é que o novo Secretário que havia assumido o IAPAS em lugar ao ex-Secretário que havia falecido, havia notado diferença de contas.

Na questão da matemática ninguém é burro a este ponto que Vossa Excelência está falando, o Secretário atual notou a diferença e foi aberto inquérito, inclusive a providência tomada pelo Superintendente foi encaminhada aos órgãos superiores do Rio de Janeiro.

Então o que Vossa Excelência está falando é uma inverdade, inclusive diversas inverdades sobre o atual Superintendente o Dr. Carlberg, que é um cidadão íntegro, honesto, que ocupa há vários anos este cargo e quando Vossa Excelência diz que ele está encobrindo amigos fazendo falcaturas dentro do IAPAS, eu peço que Vossa Excelência cite o nome destas pessoas, não lance desonra em nome de um homem honrado, o que está sendo costumeiro neste Plenário contra a pessoa do Superintendente do IAPAS.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Nobre Deputado, agradeço o aparte de Vossa Excelência e me reporto ao pronunciamento que Vossa Excelência fez nesta Casa, e me reporto educadamente, não como Vossa Excelência faz neste instante. Vossa Excelência disse, rebatendo o pronunciamento, que nós fizemos...

O Sr. Jorge Maia — Educação está no ouvido de quem escuta e não na palavra de quem fala. Eu não ofendi e não fui mal educado com Vossa Excelência. Vossa Excelência que está sendo mal educado com a honra de um cidadão honesto.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Interromper um pronunciamento de um colega na tribuna não é boa educação, Excelência.

Dizia Vossa Excelência, naquela oportunidade: "de mais irregularidades no IAPAS, informando a esta Casa, especificamente, que o novo Secretário Regional de Contabilidade e Finanças não estava conseguindo CONCILIAR as contas do

IAPAS"...

As notas taquigráficas estão aí naturalmente para serem vistas.

E quanto à honestidade no IAPAS, nós estamos fazendo um pronunciamento e somos responsáveis por aquilo que fazemos. Quem entender o contrário, respeito o direito de se posicionar contrariamente. Contudo a minha posição é esta.

"A nós, Sr. Presidente, cabe o dever de informar aos contribuintes que se os culpados serão punidos ou como no passado, premiados. Queremos saber, Sr. Presidente, qual a responsabilidade do Superintendente do IAPAS, pois temos informações de que o mesmo foi aposentado ao final da administração do MINISTRO presidencial Hédio Beltrão, "e dizia bem o Deputado Jorge Maia Filho..."

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência, que seu tempo está esgotado.

O SR. NILSO SGUAREZI — O restante do horário é concedido ao Deputado Ferrari Júnior.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Vossa Excelência está com a palavra por mais 10 minutos.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Reportava o ilustre Deputado Jorge Amim Maia, que realmente há muitos anos, o Superintendente do IAPAS atua no setor. É verdade. Tanto é verdade, que segundo consta ele teria sido "aposentado ao final da administração do Ministro presidencial Hédio Beltrão, que incapaz de contornar o alto déficit renunciou, também, o Ministério da Previdência, e já que o Superintendente do IAPAS aposentado e recontratado para o mesmo cargo, recebendo pois, em dobro, seus vencimentos. Naturalmente tem o dever de exercer também redobrada vigilância, não ficando omissos, como já foi comprovada sua negligência no passado.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu só queria fazer uma pergunta a Vossa Excelência. Se é crime, o cidadão que é aposentado, e por mérito, ser recontratado novamente? Só queria a resposta de Vossa Excelência se isso burla a Lei? É crime ou é inconstitucional?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu não disse que ele tenha praticado um crime por isso. Eu disse que como Vossa Excelência reportou, ele está há muitos anos na Previdência. Tanto é verdade que foi aposentado e recontratado. Isso é uma prova inequívoca de que ele está realmente há muitos anos. Tanto que Vossa Excelência o conhece bastante bem. Contudo, eu acho que é uma irregularidade, alguém tomar conhecimento de uma denúncia séria e acatar um trâmite de 500 dias após a denúncia. É evidente que nós estamos fazendo essas observações e temos inúmeros trunfos; temos inúmeros documentos. É evidente que não vamos gastar a munição numa só batalha. É evidente que guardaremos munição e estamos às ordens de Vossa Excelência para lhe mostrar inclusive documentos, que eu tenho a mais absoluta certeza que Vossa Excelência está tão interessado, quanto nós, em conhecer a verdade. Não pelo fato, nobre Deputado Jorge Amim Maia Filho, que Vossa Excelência tenha prestado os seus serviços ao IAPAS, me parece, ao INAMPS, ou ao INPS? Não importa, mas o fez, tenho a mais absoluta certeza, dentro de uma linha de honradez e de seriedade. Não é por isso que todo mundo age dessa maneira. Portanto, não é pela maneira que Vossa Excelência age, que todo mundo tem agido dessa forma.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Vossa Excelência deixou transparecer no seu discurso anterior e hoje, pondo em jogo a honestidade do Sr. Superintendente do IAPAS, dizendo, inclusive nesse seu caso, que ele retardou a um processo administrativo por 500 dias.

E eu quero que Vossa Excelência entenda o seguinte: que a burocracia dentro do IAPAS não está na mão do Superintendente. E justamente esse caso que Vossa Excelência reporta, o qual eu também conheço profundamente, que é o caso de um fiscal que estava em Londrina, deve ser este o caso que Vossa Excelência estava falando.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Não sei se o fiscal estava em Londrina, sinceramente, não sei.

O Sr. Jorge Maia Filho — Este caso, este processo já foi levantado por três vezes, indo ao Rio, indo a Brasília, e lá em Brasília, na realidade, é que o processo ficou parado, não ficou parado nas mãos do Superintendente que cumpriu com todas as obrigações dele, despachando na época prevista e na época necessária.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Não são estas as informações que este Deputado tem, inclusive com documentos.

E digo mais, se o ilustre Superintendente do IAPAS julgar-se numa situação delicada, achar que este Deputado está faltando com a verdade, ele tem os caminhos normais para agir...

O Sr. Jorge Maia Filho — Contudo, nobre Deputado, Vossa Excelência não está usando da ética...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Vossa Excelência há de concordar...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência está sendo muito evasivo...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Vossa Excelência há de concordar que...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa e solicita aos Srs. Deputados que ao apartear o Colega que se encontra na tribuna, o façam da maneira regimental.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Houve uma denúncia no IAPAS, de um funcionário que, em visitando uma determinada empresa, constatou que esta empresa estava inadimplente com a Previdência Social.

E o relatório deste funcionário foi totalmente diferente, temos documentos em nosso poder: Deu um certificado a essa empresa, de quitação, como se essa empresa estivesse quites com a Previdência Social, burlou-a, roubou-a, mentiu, prejudicou os funcionários da Previdência Social que estão, inclusive, em greve hoje, porque ganham pouco.

Acho que num regime de honestidade e de seriedade, este funcionário, pelo menos, teria que ser demitido, mas ele foi advertido, tem uma portaria em nosso poder, advertindo um funcionário do IAPAS que encontrou uma empresa inadimplente e lhe deu um certificado de quitação. É por isto, entre outros motivos, que a Previdência está a zero.

É por isto, e entre outros assuntos ligados à Previdência de um modo geral, que um cidadão não tem a menor condição de receber uma assistência médica, onde o médico recebe mal, onde o hospital ganha pouco, onde o aposentado ganha mal, por esses motivos, evidentemente.

Queremos, Sr. Presidente, na qualidade de porta-voz do trabalhador brasileiro, entre outros inúmeros e ilustres Parlamentares desta Casa, no mínimo buscar explicações e no máximo identificar e punir os responsáveis, visando moralizar o sistema, combater a corrupção, e com isso devolver a confiança aos sacrificados contribuintes, empresários e trabalhadores que sustentam o sistema previdenciário.

Nós fizemos nesta Casa, há dias, e o Plenário aprovou, inúmeros pedidos de informações, endereçados a Srs. Depu-

tados Federais e Senadores, já que não temos condições de encaminhar um pedido de informações ao Sr. Ministro da Previdência Social, e após o recebimento destas informações, voltaremos, naturalmente, formulando outras observações.

O ilustre Deputado Gilberto, parece-me, havia pedido um aparte.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço, nobre Deputado, embora o Deputado Jorge Maia Filho já tenha se referido ao assunto, mas eu aproveito, já que Vossa Excelência disse que não tem condições de encaminhar um expediente ao Ministro da Previdência, que Vossa Excelência tem todas as condições, como qualquer Deputado nesta Casa, e qualquer expediente que Vossa Excelência queira encaminhar ao Ministro, terá o nosso integral apoio nesta Casa.

Mas aproveito, nobre Deputado, quando Vossa Excelência falou numa denúncia, quanto ao Superintendente Calberg, na época do Jair Soares, eu me lembro, naquela época não estava aqui o Deputado Jorge Maia Filho, que está mais familiarizado com a Previdência, eu respondi a todas as denúncias feitas que trouxeram nesta Casa, com farta documentação naquela época, e eu tenho inclusive em meu poder documentos que foram encaminhados respondendo às denúncias que foram trazidas à época.

Mas eu quero agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede e dizer que, qualquer expediente que Vossa Excelência queira encaminhar ao Ministério da Previdência, terá o nosso integral apoio.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Agradeço o aparte, Deputado Gilberto.

Não tenho dúvida nenhuma de que teremos o apoio, não só de Vossa Excelência, mas de todos os integrantes da Bancada do PDS, indistintamente, pois a nossa intenção não é outra senão levantar a verdade.

Recebemos os documentos que nos foram encaminhados, e temos a obrigação de vir a esta Casa denunciar e formular pedidos de informações. Queremos, durante o nosso mandato, trazer outros documentos e deixar à disposição dos ilustres Deputados desta Casa, para que a verdade venha à tona.

Se medidas austeras contra a corrupção interna forem tomadas pelo ilustre Ministro Jarbas Passarinho, pode ter a certeza, dinâmico Ministro, que será desnecessária a austeridade contra o contribuinte.

O povo brasileiro já tem fartamente demonstrado sua boa índole, em socorrer as verdadeiras causas sociais, sempre que foi convocado, desde que seus administradores mereçam confiança.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é destinado. Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal antes que Vossa Excelência prossiga na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

34 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão e deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoia-

mento. — **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação à Proposição n.º 116/84; oriunda da Mensagem Governamental n.º 108/84. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 116/84, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriunda da Mensagem Governamental n.º 108/84, que submete à apreciação desta Assembléia Legislativa, a indicação do Dr. JOÃO OLIVIR GABARDO, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme os Termos dos Artigos 22, inciso IX, "IN-FINE" e 41, § 3.º da Constituição Estadual, aprovado por unanimidade na referida Comissão.

PROPOSIÇÃO N.º 116/84

Mensagem n.º 108/84 Curitiba, 23 de maio de 1984.
Senhor Presidente.

Nos termos dos artigos 22, inciso IX, "in-fine" e 41, § 3.º da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à alta apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa a indicação do Doutor JOÃO OLIVIR GABARDO, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A notória experiência profissional do indicado, como Advogado e Professor Universitário, cujas funções exerceu por muitos anos, e os expressivos serviços prestados à causa pública como Vereador da Câmara Municipal de Londrina, Deputado Estadual, Deputado Federal em quatro legislaturas e Diretor de estabelecimentos de ensino superior, conferem-lhe as elevadas funções de Conselheiro da Corte Estadual de Contas.

Para que esta Augusta Casa de Leis possa melhor julgar o acerto da indicação ora formulada, é anexado "curriculum vitae" do Doutor João Olivir Gabardo, onde está sucintamente demonstrada sua grande capacidade para o exercício do mencionado cargo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 116/84

PARECER:

A Mensagem n.º 108/84, do Chefe do Poder Executivo, tem o objetivo de submeter à apreciação desta Casa de Leis, a indicação do Dr. João Olivir Gabardo, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A matéria cumpre os termos da Constituição do Estado, tanto em seu artigo 22, inciso IX "IN-FINE", e seu artigo 41, § 3.º. Portanto, a mesma está de acordo com os seus aspectos legais e constitucionais.

Por outro lado, a inegável capacidade profissional do indicado, revelada não só por sua profícua formação acadêmica e pelas inúmeras funções profissionais às quais se dedicou — particularmente no magistério — bem como, seu profundo compromisso com a causa pública, bem demonstrado quando Vereador à Câmara Municipal de Londrina, Deputado

Estadual, Deputado Federal em quatro legislaturas e Diretor de estabelecimentos de ensino superior, deixam evidentes os atributos do mesmo.

Neste sentido, estamos convictos do acerto da indicação em pauta. Temos a certeza de que o indicado, dada a sua já demonstrada experiência, saberá exercer com a necessária eficiência as elevadas funções de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, como não há nada que impeça a tramitação da referida Proposição, manifestamos nosso parecer Favorável à mesma, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência deseja esclarecer, antes do início da discussão e da votação, que a Casa deliberará sobre o nome proposto em discussão única, pelo voto da maioria absoluta, mediante escrutínio secreto, conforme determina o inciso nono, e parágrafo único do Art. 22 da Constituição do Estado do Paraná.

Os oradores inscritos para discutir a matéria, poderão fazer uso da palavra uma única vez, pelo prazo de 15 minutos, também no encaminhamento de votação, cada Deputado deverá falar numa única vez, pelo prazo de 10 minutos. Os apartes não poderão exceder a dois minutos, não os sendo admitidos durante o encaminhamento da votação.

Está em discussão a Proposição n.º 116/84.

Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, por 10 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deseja a Bancada da Oposição nesta Casa, firmar sua posição favorável à indicação do nome do ilustre Deputado Federal Olivir Gabardo, para o exercício das altas funções de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Assim procede a Bancada do PDS, numa demonstração de apoio e de aplauso à indicação de um político sério e honesto, que fez da vida pública neste Estado, um exercício de servir e com grandeza soube, respeitando os seus adversários e defendendo briosamente os seus ideais, ter uma larga e benemérita passagem na vida política do Estado do Paraná.

Deseja também a Bancada do PDS, com este gesto, demonstrar que indicações feitas pelo outro partido político que se apossou do Poder no Estado do Paraná, desde que respaldado em pessoas sérias, decentes e dignas, como é o caso de Olivir Gabardo, receberá sempre indicações como essa, o apoio integral da Bancada do PDS, como igualmente a Bancada da Oposição terá sempre posições contrárias quando Sua Excelência o Governador do Estado colocar no exercício de altas funções no Paraná, pessoas de triste memória, como é o caso do Secretário Erasmo Garanhão.

A postura do PDS permanece a mesma. Não fazemos oposição a homens ou partidos, mas sim a idéias, e defendemos sempre, em quaisquer circunstâncias a valorização do político. Como Olivir Gabardo é um político, na acepção do termo, a Bancada do PDS votará favorável à sua indicação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A indicação do Deputado Federal, João Olivir Gabardo, à condição de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, é na verdade, o coroamento de uma carreira das mais dignas e das mais ilustres possíveis de homem público. Professor, Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Presidente de Partido Político, membro de diversas Comissões Técnicas, não só da Assembléia Legislativa como da Câmara Federal. João Olivir Gabardo tem se destacado no Paraná por ser um político não só atuante, trabalhador e muito responsável. Por isso acreditamos de que preenche o seu currículo, todos os requisitos indispensáveis para figurar como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, enriquecendo aquela Casa com nomes ilustres que lá estão.

De nossa parte, em nome da nossa bancada, nenhum óbice existe para que não seja aprovado também o nome deste companheiro de partido e que o Senhor Governador do Estado, em boa hora, enviou à Assembléia Legislativa. O próprio parecer da C.C.J. vazado em 6 de junho último, mostra que foi acertada a decisão do Senhor Governador do Estado ao indicar o atual Deputado João Olivir Gabardo. E nós nos congratulamos com Sua Excelência por ter indicado um homem da estirpe e da qualidade de João Olivir Gabardo que haverá de engrandecer o nosso Tribunal de Contas.

Por isso o voto da nossa bancada também será favoravelmente à indicação que hora se discute e hora se vota. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação.

Encerrada a discussão, passando-se à votação que se fará por escrutínio secreto. Os Senhores Deputados que desejarem votar a favor do nome proposto pelo Excelentíssimo Governador, colocarão na urna a cédula com a palavra "SIM". Os Senhores Deputados que votarem contra, utilizarão a cédula com a palavra "NÃO". Servirá de cabine indevassável a que se encontra à direita da Mesa, as sobrecartas contendo as cédulas de votação, deverão ser introduzidas na urna que se encontra sobre a mesa. O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados para o ato de votação: Trajano Bastos - presente, Aírton Cordeiro - ausente, Nestor Baptista - ausente, Amélia Hruschka - presente, Werner Wanderer - ausente, Gernote Kirinus - presente, Francisco Escorsin - ausente, Dirceu Manfrinato - presente, Fuad Nadi - ausente, Acir Mezzadri - presente, Adhail Sprenger Passos - presente.

Foram chamados os seguintes Deputados:

Anibal Khury - presente.
Antonio Anibelli.
Antonio Belinati.
Artagão Mattos Leão - presente.
Augusto Carneiro.
Basílio Zanusso.
Caito Quintana - presente.
Djalma de Almeida Cesar.
Donato Gulin.
Edgard Pimentel.
Edmar Luiz Costa.
Eduardo Baggio.
Erondy Silvério.
Ervin Bonkoski.
Ezequias Losso - presente.
Ferrari Júnior - presente.
Fiori Luiz.
Gabriel Manoel.
Gilberto Carvalho.
Hermas Brandão.
Homero Oguido.

Ironði Pugliesi - presente.
Ivan Gubert.
Jorge Maia Filho.
José Antônio Fonseca.
Leônidas Chaves.
Luiz Alberto Oliveira.
Márcio Almeida.
Mário Pereira.
Nelson Buffara.
Nelson Vasconcellos.
Nilso Sguarezi - presente.
Odeni Mongruel.
Orlando Pessutti.
Osvaldo de Alencar Furtado - presente.
Paulo Furiatti.
Péricles Pacheco.
Quielse Crisóstomo.
Roberto Requião.
Rubens Bueno.
Sabino Campos.
Sérgio Spada.
Tadeu França.
Tadeu Lúcio Machado.
Tércio Albuquerque.
Tugúio Setogutte.
Wilson Fortes.

Segunda chamada:

Nestor Baptista.
Werner Wanderer.
Francisco Escorsin.
Aírton Cordeiro.
Augusto Carneiro.
Basílio Zanusso.
Donato Gulin.
Edgard Pimentel.
Eduardo Baggio.
Ervin Bonkoski.
Gabriel Manoel.
Hermas Brandão.
Homero Oguido.
José Antônio Fonseca.
Leônidas Chaves.
Luiz Alberto Oliveira.
Mário Pereira.
Nelson Buffara.
Odeni Mongruel.
Orlando Pessutti.
Roberto Requião.
Wilson Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Votaram 39 Senhores Deputados.

Para escrutinar os votos a Presidência designa uma Comissão integrada pelos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Presidência vai anunciar o resultado apurado.

Votaram com a palavra "SIM" 39 Senhores Deputados e com a palavra "NÃO", nenhum Senhor Deputado.

Face ao resultado apurado esta Presidência declara aprovado o nome do Senhor João Olivir Gabardo para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela Assembléia Legislativa deste Estado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores

Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 87/84, (Mensagem n.º 01/84), que altera dispositivos da Lei n.º 7.297 de 08/01/80, (Código de Organização e Divisão do Estado), conforme especifica. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 02/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 155/83), que objetiva considerar em extinção as atuais vagas de Oficiais de Quadro de Capelães Policiais Militares (QCPM), previstas na Lei n.º 7.047 de 21/11/78, alterada pela Lei n.º 7.638 de 10/09/82 e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 24/84, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RONCADOR", com sede no Município de Roncador e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 25/84, de autoria do Deputado Roberto Requião, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, DO BRASIL - LAR BOM SAMARITANO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 33/84, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 86/84), que objetiva autorizar o PODER EXECUTIVO doar ao Município de Quedas do Iguaçu os lotes n.ºs 05, 06 e 07 da Quadra n.º 97, com área total de 1.550.00 m², situados no referido Município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 35/84, de autoria do Deputado Orlando Pessutti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor PADRE GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA FILHO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 38/84, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, que autoriza o Poder Executivo, criar a "FUNDAÇÃO CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE FÍSICO - CADEF", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 39/84, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, que autoriza o Poder Executivo, criar o "INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO LAR DO MENOR", com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 44/84, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom HÉLDER PESSOA CÂMARA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 45/84, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que institui meia entrada para

estudantes em todos os locais públicos mantidos pelo Governo do Estado do Paraná, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

O SR. SÉRGIO SPADA (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta oportunidade em que esta Casa tem condições de aprovar o projeto de lei de autoria deste Deputado, que institui a meia entrada para os estudantes em todos os locais públicos mantidos pelo Governo do Estado do Paraná, eu gostaria de registrar também a presença neste recinto, nesta Casa de Leis, de diversas lideranças estudantis de todo o interior do Estado, além da presença do Presidente da UPES, União Paranaense dos Estudantes Secundários, o estudante Walmor Stedile e o estudante do Rio Grande do Sul Carlos Eduardo F. Hornos, que tiveram oportunidade de participar neste último final de semana, juntamente com outros 80 estudantes, do 35.º COESES - Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas, através de sua convocação extraordinária.

Nessa oportunidade os estudantes tiveram condições de reafirmar as lutas principais do povo brasileiro, como a ratificação de sua proposta em defesa das eleições diretas para Presidente da República, pela Assembléia Nacional constituinte, pela melhoria das condições de ensino no Brasil.

Senhor Presidente, acreditamos que nesse momento, estamos tendo condições de dar ao estudante do Estado do Paraná, um direito que lhe foi usurpado pelo MEC, assim como aconteceu quando lhes retiraram o direito de frequentar os cinemas, pagando meio ingresso.

E nós, através do nosso modesto mandato, estamos tendo condições, através deste projeto de lei se aprovado, e devolver ao estudante de segundo grau do Estado do Paraná, o direito de frequentar as casas de Cultura no nosso Estado, pagando tão somente meio ingresso.

É uma conquista pequena, Senhor Presidente, mas que marca o entusiasmo e dinamismo da atual diretoria da UPE e que marchará juntamente com a sociedade civil para a reconquista dos direitos plenos de cidadão nessa terra que, durante 20 anos de ditadura, os direitos de todo o cidadão e principalmente dos estudantes foram roubados pelo sistema militar implantado em 64.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Lei 45/84, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, realmente vem devolver ao estudante brasileiro, mais especialmente ao estudante paranaense, o direito que o estudante nem necessitaria estar sendo alvo de um projeto neste Poder Legislativo, porque nós todos entendemos, e a Bancada de Oposição nesta Casa, a Banca do PDS, que se nós desejamos preparar lideranças novas que possam assumir o futuro dos nossos municípios, dos nossos Estados e da nossa Nação com mais eficiência e com mais preparo, nada mais justo do que se beneficiar o estudante paranaense e porque não dizer brasileiro, em todos os sentidos da nossa vida, quer seja lhes dando o direito da meia entrada, porque nós todos entendemos que o estudante vive da mesada dos seus pais e esta mesada já lhe é curta na maioria dos casos, porque nós temos uma sociedade empobrecida e estudantes carentes cada vez mais pelo estudo gratuito, significa mais do que nunca, que essa carência pelo estudantado que possa frequentar as escolas sem o pagamento das suas mensalidades, já comprova que a nossa sociedade brasileira tem significativamente empobrecido diariamente e nós aprovamos o

projeto do Deputado Sérgio Spada, respaldado num direito que o estudante já teve, e no direito que não era necessário se readquirido através deste Poder Legislativo.

Um simples decreto do Senhor Governador do Estado já poderia resolver. Entretanto a Lei, entendida pelo autor, entendida pela nossa bancada, dá o respaldo maior e de uma vez por todas substitui este clamor do estudante por um direito adquirido, pela entrada, meia não apenas dos cinemas do nosso Estado, não apenas nas Casa de Cultura, mas que até mesmo em outros setores da vida pública, da vida privada, da vida civil, nós temos que dar a nossa ajuda ao estudante paranaense; e desta feita damos, através da nossa bancada, respaldando o projeto de lei do Senhor Deputado Sérgio Spada. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação.
Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 25/84, (Mensagem n.º 07/84 - ex-Proposição n.º 10/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Braganey, visando execução de obras para recuperação de estradas. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 26/84, (Mensagem n.º 08/84 - ex-Proposição n.º 11/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Icaraima e Jaguariaíva, objetivando realização de promoções, com vistas a ensejar melhoria da produção e da produtividade pecuária do Estado. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 27/84, (Mensagem n.º 09/84 - ex-Proposição n.º 12/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 28/84, (Mensagem n.º 12/84 - ex-Proposição n.º 15/84) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 30/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios que especifica objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. Aprovado artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 29/84, (Mensagem n.º 13/84 - ex-Proposição n.º 16/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Terra Boa, objetivando tornar viável a instalação de um viveiro de mudas de café, para fomentar a cafeicultura local. Aprovado artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 30/84, (Mensagem n.º 15/84 - ex-Proposição n.º 18/84), oriundo

do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 14/06/83, e o Ministério da Agricultura com interveniência da EMBRATER e da EMATER/PR., objetivando disciplinar apoio e a integração do Ministério e do Estado, para desenvolvimento de atividades que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 31/84, (Mensagem n.º 17/84 - ex-Proposição n.º 20/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Paranavaí, objetivando regular ampliação e prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido Município. Aprovado artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 32/84, (Mensagem n.º 18/84 - ex-Proposição n.º 21/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 30/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Cambé, objetivando realização da VIII Exposição Agrícola de Cambé. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 33/84, (Mensagem n.º 19/84 - ex-Proposição n.º 22/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 95/SG/83, celebrado em 07/12/83, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência de órgãos que especifica, visando supervisão e avaliação de eficácia do projeto das cidades de pequeno porte do Estado do Paraná. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 34/84, (Mensagem n.º 20/84 - ex-Proposição n.º 23/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Municípios adiante mencionados, objetivando realização de feiras, exposições e outros eventos de estímulo a agropecuária. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 58/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 74/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Ajustes celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social e os Municípios adiante mencionados objetivando construção de Centros Sociais Rurais em Distritos dos Municípios signatários. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 96/84, (Mensagem n.º 65/84 - ex-Proposição n.º 86/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando amparo e desenvolvimento às atividades de setores agropecuários do Estado. Aprovado artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 259/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dá nova Redação ao Artigo 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73, (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS), conforme

específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo, há uma Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Nilso Sguarezi e Rubens Bueno, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

Emenda Substitutiva Geral de Plenário ao Projeto de Lei Complementar n.º 259/83.

O Projeto de Lei Complementar n.º 259/83, passa a ter a seguinte redação:

"SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios).

Art. 1.º - Os artigos 51 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973; 52, inciso III, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 11, de 8 de junho de 1981, o qual fica acrescido de dois parágrafos, 3.º e 4.º; e o artigo 73, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51 - O Mandato de Vereador somente será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal".

"Art. 52 -

I -

II -

III - Para tratar de interesses particulares, até o máximo de dezoito meses, parcelados ou não, no decorrer da legislatura.

§ 1.º -

§ 2.º -

§ 3.º - No caso do inciso III, o Vereador licenciado não terá direito a perceber ajuda de custo e subsídio fixo ou variável, sendo vedada a percepção, a qualquer título, de remuneração referente ao mesmo mês pelo substituído e substituto.

§ 4.º - O Vereador poderá a qualquer tempo desistir da licença que lhe for concedida na forma deste artigo, não podendo renovar o pedido para tratar de interesses particulares antes de decorridos dois anos do término da licença anterior."

"Art. 73 - O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago a servidor do Município, a qualquer tempo, será estabelecido pela Câmara Municipal até o término da legislatura, para vigorar na seguinte, devendo o decreto legislativo fixar reajustes progressivos para cada ano de mandato, com base na variação, no período, do MVR (Maior Valor de Referência) vigente no País".

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1984.

(aa) CAÍTO QUINTANA, NILSO SGUAREZI e RUBENS BUENO.

Apoio: Nelson Vasconcellos e Edmar Luiz Costa.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei foi apresentado, inicialmente, com a finalidade de propiciar a remuneração dos Vereadores, nos casos permitidos pela Constituição Federal.

Ao compararmos o texto proposto, com a redação atual do artigo 51 da Lei Orgânica dos Municípios, constatamos que o artigo seguinte deixa dúvidas quanto à forma de concessão de licenças aos Edís.

Assim sendo, procuramos adequar os dispositivos que

tratam da matéria, às normas adotadas por esta Casa em relação aos Parlamentares, bem como às disposições contidas nos Estatutos dos Funcionários Públicos do Estado e da União.

O Regimento Interno desta Assembléia Legislativa dispõe que o Deputado poderá obter licença para tratar de interesses particulares até dezoito meses por legislatura, ainda que parceladamente, período no qual não terá direito a perceber ajuda de custo e subsídio fixo ou variável.

Por outro lado, os Estatutos dos Funcionários Públicos da União e do Estado estabelecem que o licenciado poderá, a qualquer tempo, desistir da licença que lhe for concedida.

O texto atual do inciso III da Lei Complementar n.º 2, em seu artigo 52, parece-nos muito rígido ao reger o assunto, razão pelo que apresentamos a modificação proposta.

Quanto ao texto atual do artigo 73 da mesma Lei, que prescreve o seguinte: "O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago ao servidor do Município, no momento da fixação, será estabelecido pela Câmara até o término da legislatura, para vigorar na seguinte, podendo o decreto legislativo fixar quantias progressivas para cada ano de mandato.", propomos as modificações consubstanciadas nas seguintes expressões:

a) - Onde se lê: no momento da fixação, leia-se a qualquer tempo.

b) - Onde se lê: podendo fixar quantias progressivas, leia-se devendo ...

c) - Onde se lê: quantias progressivas para cada ano de mandato, leia-se reajustes progressivos para cada ano de mandato, acrescentando-se: com base na variação, no período, do MRV (Maior Valor de Referência) vigente no País.

Está em discussão o Projeto e a Emenda.

Em votação a Emenda Substitutiva. **Aprovada.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 66/83, de autoria do Deputado Ivan de Azevedo Gubert, que estabelece a aplicação de correção monetária e juros nos débitos decorrentes de faturas referentes a obras e serviços de engenharia, executados para o Estado do Paraná e seus órgãos da Administração Direta e Indireta, na forma como específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECERES CONTRÁRIOS da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Com base no Parágrafo Único do Artigo 160 do Regimento Interno a Votação será feita de modo inverso.

Está rejeitado o projeto.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem) - Eu requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem) - Retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está Rejeitado o projeto.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 74/84, de autoria do Deputado IVAN DE AZEVEDO GUBERT, que dá nova Redação ao Parágrafo Único do Artigo 51 da Lei nº 7.297 de 08.01.80, conforme especifica. (NESSAS COMARCAS, EXERCERÁ DIREÇÃO DO FORUM O JUIZ DE DIREITO MAIS ANTIGO). Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

Nas mesmas condições do Artigo 160, parágrafo único do Regimento Interno, a Votação será feita de modo inverso.

Está rejeitado.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 46/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU — ADEFI”, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 48/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA AUTÓDROMO”, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 50/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de utilidade pública o “MOVIMENTO BRASILEIRO DE EVANGELIZAÇÃO”, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 56/84, de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI, que declara de utilidade pública o “CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC”, com sede e foro no Município de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 83/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul o Imóvel de propriedade do Estado, situado no Município que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 88/84, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que assegura tratamento hospitalar gratuito aos integrantes da Polícia Militar do Estado, em consequência de ferimentos sofridos no desempenho de suas funções, conforme especifica e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 86/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 89/84), que objetiva criar no Departamento de Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública, 178 (cento e setenta e oito) cargos de provimento em comissão, símbolo 9-C, de assistente de Segurança Pública. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 86/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º. Ficam criados no Departamento da Polícia Civil, 178 (cento e setenta e oito) cargos de provimento em comissão, símbolo 9-C, de Assistente de Segurança Pública.

§ Único. Os cargos de que trata este artigo serão providos exclusivamente para o exercício da função prevista no § 3º, do art. 97, do Decreto nº 4.884, de 24 de abril de 1978, em unidades policiais civis de 5ª classe, com sede em municípios que são distritos judiciários.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 86/84

A presente Proposição, originária da Mensagem Governamental nº 89/84, destina-se a obter da Assembléia Legislativa o necessário “referendum” com a criação de 178 (cento e setenta e oito) cargos de provimento em Comissão, símbolo 9-C, de Assistente de Segurança Pública.

A Proposição trata de matéria que, em obediência a dispositivo constitucional é de competência ao Poder Executivo.

Nest'Arte, afirmamos nossa posição favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 86/84

PARECER

De autoria do Poder Executivo, mensagem governamental nº 89/84, tem por objetivo criar, na estrutura do Departamento de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública, CENTO E SETENTA E OITO cargos de ASSISTENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, símbolo 9-C.

Sobre a matéria houve parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, respectivamente.

Trata-se de matéria de grande relevo para o equacionamento parcial das medidas de segurança preventiva que se pretende implantar em nosso Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável a pretensão, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1984.

(aa) OSVALDO ALENCAR FURTADO - Presidente;
FIORI LUIZ - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 86/84.

Oriundo de Mensagem Governamental nº 89/84, tem objetivo o presente Plano de Lei, criar no Departamento de Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública, 178 cargos em Comissão símbolo 9-C de Assistente de Segurança Pública.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre o aspecto financeiro, objeto de análise desta Comissão de Finanças, e tendo em vista a exposição de motivos que acompanha o Projeto, nada temos que possa impedir sua tramitação e conseqüentemente aprovação pelo Plenário.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;
ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator.

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 86/84**

Oriundo da Mensagem Governamental nº 89/84, tem o presente plano de lei por escopo, a criação de cento e setenta e oito cargos de ASSISTENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, símbolo 9-C, na estrutura do Departamento de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública.

Analisando quanto ao mérito e quanto ao aspecto financeiro pelas Comissões competentes, recebeu destas, pareceres favoráveis.

Considerando seu lado social, parece-nos de grande alcance o Projeto de Lei em tela, pois além de regularizar a ocupação dos cargos de Delegados de Polícia referidos na Mensagem, vem ao encontro das aspirações de toda a população interiorana, ou seja, a de minorar os problemas relativos à segurança pública.

Somos, portanto, de parecer favorável, opinando pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL - Presidente -
Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osiris Dalabona, ocorrido nesta Capital. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Sorah de Rocha Athayde, ocorrido nesta Capital. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Odete Pereira, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Priziciada, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano, no Município de Cerro Azul. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 216/83 de sua autoria, que dá nova redação ao Inciso III do Parágrafo 3º do art. 140, da Lei nº 6174. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 141/84, oriundo da Mensagem Governamental nº 123/84, que dispõe sobre a majoração de vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do Grupo BAMERINDUS, que recebeu no Rio de Janeiro, o Prêmio Tendência de Administração Bancária, conferido anualmente pela revista Manchete. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do leito carroçável da via que liga a BR-376 à Usina de Açúcar Santa Terezinha — USAÇÚCAR, cuja verba já foi aprovada pelo GEIPOT. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do 1º aniversário do "Jornal do Estado". —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a criação e instalação de um escritório de plantão daquela Companhia no Distrito de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da RADIPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de uma torre repetidora de imagem no Distrito Administrativo de São Vicente, no Município de Araruna. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo a agilização e extensão dos serviços de água no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário das Finanças e Presidente da COPEL, encarecendo a extensão da rede de iluminação no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda., mais conhecida por Batavo, pela conquista alcançada no III Encontro dos Supermercados do Paraná, sendo escolhida dentre os demais participantes como o Fornecedor do Ano. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao "Jornal do Estado", pela passagem do seu 1º aniversário. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 215º aniversário de emancipação política do Município da Lapa. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine junto à Secretaria do Interior, no sentido de que as taxas referentes às tarifas de esgoto cobradas pela SANEPAR, incidentes nas tarifas de água, sejam limitadas ao máximo em 50% da tarifa de água devidas pelo consumidor. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 1º aniversário do Jornal do Estado. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encaminhando esboço de anteprojeto de lei, criando o Conselho de Contas dos Municípios

do Paraná, com sugestão inicial tendente à instituição desse Colegiado, ainda ausente da estrutura político-administrativa do Estado. —Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE —(Pela Ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a adoção de medidas necessárias para a revogação do artigo 2º da Lei nº 7809, que institui a cobrança adicional de 20% sobre as custas judiciais para a formação do Fundo Penitenciário. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às empresas de transporte coletivo urbano desta Capital, bem como ao Sindicato das Empresas de Transportes Coletivo, encarecendo que não seja cobrada a tarifa dos policiais militares que se encontram fardados, dentro do coletivo. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 1º aniversário do Jornal do Estado. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 216/83, de sua autoria, que visa dar nova redação ao Art. 140, da Lei nº 6.174. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — da Proposição nº 137/83, dos Projetos de Lei nº 138/83, 219/83, e dos Projetos de Resolução nºs 08/84, 09/84, 10/84, 11/84, 12/84, 13/84.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 259/83 e dos Projetos de Lei nºs 46/84, 48/84, 50/84, 56/84, 83/84, 88/84, e dos Projetos de Resolução nºs 25/84, 26/84, 27/84, 28/84, 29/84, 30/84, 31/84, 32/84, 33/84, 34/84, 58/84, 96/84.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 86/84.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nº 42/84, 57/84, 94/84, e dos Projetos de Resolução nºs 35/84, 36/84, 37/84, 38/84, 39/84, 40/84, 41/84, 42/84.
Lenanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às dez horas, reuniram-se na Sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Dirceu Manfrinato, os senhores deputados Rubens Bueno, Djalma de Almeida César, Augusto Carneiro e Ezequias Losso, membros efetivos da Comissão Especial de Reforma à Constituição. Constando número legal o Senhor Presidente iniciou os trabalhos, na Hora do Expediente foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, a seguir foi lido

para conhecimento dos presentes, Requerimento aprovado por esta Casa, de autoria dos senhores deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, líderes das duas bancadas existentes neste Poder, solicitando com base no artigo 126, do Regimento Interno, a juntada das proposições nºs 94/84, 95/84, 40/83 e 142/83, a de nº 137/83, em tramitação nesta Casa, para que sejam apreciadas em conjunto pela Comissão Especial de Reforma à Constituição. Sendo o que constava da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foi relatado pelo senhor deputado Djalma de Almeida César, Relator Geral da Comissão, o Parecer e o Substitutivo Geral, dando destaques especial para o texto inserido no Substitutivo Geral, que dá nova redação ao artigo 13, da Constituição Estadual. Proposição esta, apresentada em forma de Subemenda pelo Senhor Relator Geral. Colocados em votação, foram aprovados por unanimidade. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, solicitando ao Senhor Secretário a lavratura da competente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Agilides de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, mandada a publicação, para que produza os efeitos legais.

(aa) DIRCEU MANFRINATO — Presidente
Agilides de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 128/83, do Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública o Comitê de Ação Social — CAS, com sede e foro em Prudentópolis. PROJETO DE LEI Nº 144/83, do Deputado Ferrari Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras Rotarianas — Casa da Amizade de Florai. PROJETO DE LEI Nº 206/83, do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de utilidade pública a Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa. PROJETO DE LEI Nº 207/83 do Deputado Adhail Sprenger Passos, que declara de utilidade pública o PX Clube de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 209/83, do Deputado Fiori Luiz, que declara de utilidade pública a Sociedade Rural do Paraná, com sede e foro em Londrina. PROJETO DE LEI Nº 219/83, do Deputado Rubens Bueno, que declara de utilidade pública o Sindicato dos trabalhadores Rurais de Terra Boa, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nºs 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24 e 99/84, e pelo Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado foi relatado o PROJETO DE LEI Nº 77/83, do Deputado Tadeu França, que extingue o estágio probatório ao professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
Lélcio G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
10.^a LEGISLATURA
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da Sra. Deputada Amélia Hruschka. Constatada a existência de número legal, a Sra. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Gilberto Carvalho apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 138/83, de autoria do Deputado Mário Almeida, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Voluntárias do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná - ASVHU, com sede e foro no Município de Londrina. PROJETO DE LEI N.º 31/84, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 84/84, que objetiva constar, na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça, unidades de nível de atuação instrumental de que trata o inciso IV, do Art. 12, da Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974, como especifica, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs 08, 09, 10, 11, 12 e 13/84, referentes a convênios firmados pelo Estado do Paraná, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
10.^a LEGISLATURA
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da Sra. Deputada Amélia Hruschka. Constatada a existência de número legal, a Sra. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Gilberto Carvalho apresentou Redação Final ao PROJETO DE LEI N.º 87/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 01/84, que altera dispositivos da Lei n.º 7297, de 08/10/84 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado), conforme especifica, a qual foi APROVADA sem observações. Nada

mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às dez horas e quinze minutos, reuniu-se regimentalmente, sob a presidência do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, a Comissão Especial de Reforma à Constituição. Contando com as presenças dos Srs. Deputados Djalma de Almeida César, Rubens Bueno, Augusto Carneiro e Ezequias Losso. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos. Na Hora do Expediente foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e sendo só o que constava passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foi relatada pelo Sr. Deputado Djalma de Almeida César, Relator Geral da Comissão, a REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO N.º 137/83, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 142/83, proposta de emenda constitucional que dá nova redação ao art. 150 da Constituição do Estado, que trata da desvinculação da Junta Comercial do Paraná da Secretaria de Estado da Justiça. Anexadas as proposições de n.ºs 40/83, 142/83, 94/84 e 95/84. Com parecer favorável ao Substitutivo Geral da Comissão Especial de Reforma à Constituição, tendo a Proposição n.º 40/83, recebido parecer contrário por unanimidade. A Comissão, através de elaboração da Redação Final da Proposição n.º 137/83, acordou em ordená-la pela seqüência dos artigos alterados, em ordem numérica bem como suprimir o art. 2.º do Substitutivo, já que a renumeração do parágrafo único para parágrafo primeiro, ficou substituída pela repetição da matéria no parágrafo primeiro do artigo 72, e, por outro lado, a supressão dos parágrafos primeiro e segundo do anterior artigo 30 é dispensável, uma vez que o artigo 30 recebeu nova redação, portanto, implicitamente os revoga. Colocada em votação a redação final foi aprovada por unanimidade. Sendo o que constava e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião mandando que se lavrasse a ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, mandada a publicação, para que produza os efeitos legais.

(aa) DIRCEU MANFRINATO — Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Relator Geral
Agildes de Oliveira Martins — Secretário